O MÉTODO
DO
INDIZÍVEL
PAULITO DAGEN ROER

O MÉTODO DO INDIZÍVEL

PAULITO DAGEN ROER

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou distribuída, por qualquer meio, sem autorização do autor, ressalvadas as exceções previstas em lei.
© 2026 Paulito Dagen Roer

SUMÁRIO

TÍTULO I — O QUE PERMANECE ..... *pág. 1*
TÍTULO II — O ENCONTRO ..... *pág. 45*
TÍTULO III — ANTES DA PALAVRA ..... *pág. 61*
TÍTULO IV — O DESVIO ..... *pág. 75*
TÍTULO V — O INTERVALO..... *pág. 87*
TÍTULO VI — A PALAVRA EMPRESTADA..... *pág. 101*
TÍTULO VII — A POTÊNCIA DE CALAR ..... *pág. 115*
TÍTULO VIII — O OUTRO ..... *pág. 129*
TÍTULO IX — AMAR SEM TERMINAR ..... *pág. 145*
TÍTULO X — A OBRA TERMINADA QUE NÃO TERMINA..... *pág. 165*
TÍTULO XI — A FINITUDE ..... *pág. 185*
TÍTULO XII — DEPOIS DA PRESENÇA ..... *pág. 204*

EPÍLOGO ..... *pág. 227*
NOTA DO AUTOR ..... *pág. 229*

Título I – O que permanece

Digo: árvore. A palavra está correta. Não houve erro de linguagem, hesitação ou pobreza de vocabulário. Sei o que é uma árvore e reconheço aquela que está diante de mim. Posso dizer a espécie, estimar a altura e a idade, descrever o tronco, as folhas, as raízes e a inclinação dos galhos. Posso medir, fotografar, classificar. Posso chamar alguém que saiba mais e acrescentar ao que vejo aquilo que desconheço. Nada disso estará necessariamente errado.

E, no entanto, a árvore permanecerá.

Esta é a dificuldade. Não se trata de afirmar que as palavras fracassaram. Ao contrário: disseram aquilo que podiam dizer e talvez tenham dito exatamente aquilo que pretendíamos. O problema começa quando confundimos a precisão do que foi dito com o esgotamento daquilo sobre o que falamos. Uma palavra pode ser verdadeira sem ser total.

Digo que chove. Chove. A proposição corresponde ao acontecimento. Não é necessário desconfiar dela, procurar um significado oculto ou acusar a linguagem de insuficiência. Mas a chuva não termina na frase que a

afirma. Há uma temperatura, o cheiro que sobe do chão, uma janela aberta em algum lugar, alguém correndo para não se molhar, alguém que esperou meses por aquela água. Há o que percebo e o que não percebo; há também aquilo que acontece enquanto digo que está acontecendo.

A realidade continua.

Talvez seja preciso começar justamente aí. O indizível não é necessariamente aquilo diante do qual ficamos mudos. Essa seria sua forma mais evidente e talvez a menos interessante. Há experiências para as quais procuramos palavras e não as encontramos; há aquilo que ainda não sabemos nomear, aquilo que esquecemos, aquilo que conhecemos mal. Nenhum desses casos exige, por si só, a existência do indizível. Uma palavra esquecida pode ser lembrada, um fenômeno desconhecido pode ser estudado, uma experiência confusa pode tornar-se clara. O silêncio de hoje pode encontrar amanhã uma frase exata.

O problema é outro. Posso encontrar a palavra, construir a frase e dizer a verdade. Ainda assim, alguma coisa permanece, não porque faltou uma palavra melhor, mas porque aquilo que encontrei não se converte integralmente

na determinação que fiz dele.

O indizível começa a aparecer, então, não como deficiência da linguagem, mas como excesso da realidade.

Essa distinção é pequena apenas na aparência. Se o problema estivesse exclusivamente nas palavras, poderíamos imaginar uma linguagem progressivamente mais perfeita: cada avanço eliminaria uma parcela do indizível; acrescentaríamos conceitos, aumentaríamos a precisão das descrições, corrigiríamos ambiguidades, aperfeiçoaríamos instrumentos. No limite, uma linguagem absoluta poderia coincidir com o real. Nada sobraria.

Mas talvez seja justamente essa coincidência que não aconteça, não porque a linguagem seja miserável, mas porque o real não se oferece como inventário encerrado.

Olho novamente para a árvore. Agora uma folha cai. Minha descrição anterior não se tornou falsa; tornou-se anterior. Enquanto eu dizia a árvore, a árvore continuava acontecendo. E eu também. Talvez seja esse o primeiro engano que precisamos abandonar: imaginar uma realidade imóvel diante de uma consciência igualmente imóvel, entre as quais a linguagem teria apenas a tarefa de

transportar informações.

O encontro modifica essa geometria. Aquilo que vejo produz alguma coisa em mim; minha atenção seleciona, aproxima, ignora, retorna. Uma característica que ontem não existia para minha percepção torna-se hoje evidente, não porque tenha necessariamente surgido durante a noite, mas porque o encontro mudou. A realidade não depende de mim para existir, mas aquilo que acontece entre nós depende do encontro.

Por isso posso voltar à mesma árvore, ao mesmo livro, à mesma música, à mesma pessoa e encontrar outra coisa. A expressão "mesma" começa então a exigir cuidado. A obra permaneceu na parede do museu, a partitura não mudou, a pessoa conserva seu nome, a árvore continua no jardim. Mas aquele que retorna já não é exatamente aquele que esteve ali. Entre uma visita e outra alguma coisa aconteceu, e o encontro seguinte carrega o anterior sem repeti-lo.

Talvez seja mais preciso falar em inesgotável. O inesgotável não exige que a coisa possua propriedades infinitas. Exige apenas que a relação não consiga transformá-la definitivamente em conclusão.

Conheço, mas não termino; digo, mas não encerro. Volto, e o retorno não demonstra que nada aprendi anteriormente. Demonstra o contrário: volto diferente justamente porque o encontro anterior deixou alguma coisa.

Um traço.

Ainda teremos de descobrir o que essa palavra significa. Por enquanto, basta reconhecer que alguma coisa pode permanecer depois que o acontecimento termina e depois que a frase foi pronunciada.

É nesse ponto que o indizível começa a abandonar o território do mistério. Não precisamos imaginar uma região obscura atrás das palavras, habitada por verdades inacessíveis. O indizível pode estar diante de nós, acontecendo enquanto falamos, até mesmo dentro de uma frase perfeitamente clara.

A frase diz. O real permanece.

E talvez todo o método que procuraremos daqui em diante comece por uma disciplina extremamente simples: não exigir da palavra que termine aquilo que ela teve a potência de tocar.

Há, porém, uma dificuldade imediata. Se toda determinação deixa alguma coisa de fora, como distinguir o inesgotável da simples ignorância? Posso olhar para uma árvore e desconhecer sua espécie; um botânico a reconhece. Posso ignorar sua idade; um exame talvez a estime. Posso não saber o que acontece sob a casca, quais organismos vivem nas raízes ou que alterações acompanham a chegada do inverno. Para cada uma dessas ausências existe, ao menos em princípio, a possibilidade de conhecimento. Aquilo que não sei hoje pode ser sabido amanhã.

Se chamássemos tudo isso de indizível, teríamos apenas dado um nome solene à ignorância. Não é esse o caminho. O desconhecido recua quando conhecemos; o indizível de que tratamos não recua da mesma maneira. Cada conhecimento pode diminuir uma ignorância e, ainda assim, não eliminar a condição que torna possível perguntar novamente. Descobrir a idade da árvore encerra uma questão. Não encerra a árvore.

Podemos acumular respostas verdadeiras sem que a soma dessas respostas se transforme necessariamente na totalidade daquilo que existe. Isso exige cuidado, porque

seria fácil transformar o inesgotável numa espécie de névoa metafísica: bastaria dizer que sempre existe "algo mais" e estaríamos protegidos contra qualquer objeção. Sempre que alguém apresentasse uma explicação, responderíamos que ainda resta um mistério. O indizível se tornaria um esconderijo confortável para aquilo que não queremos ou não conseguimos explicar.

Um método construído dessa maneira não serviria para conhecer. Serviria para impedir o conhecimento.

É preciso, portanto, estabelecer desde o início uma disciplina: diante daquilo que pode ser determinado, determinar; medir o que pode ser medido, nomear o que pode ser nomeado, distinguir o que pode ser distinguido e corrigir o que estiver errado. O indizível não deve ser convocado para preencher lacunas de conhecimento. Ele começa justamente quando levamos o conhecimento a sério.

Dizer que a realidade é inesgotável não significa permitir qualquer afirmação sobre ela. A árvore não é um cavalo. Chove ou não chove. Uma pessoa disse determinada frase ou não a disse. O fato de nenhuma descrição esgotar o real não transforma todas as descrições em equivalentes. Há erro,

precisão, mentira, engano e graus de conhecimento. O inesgotável não dissolve essas diferenças; ao contrário, depende delas. Só podemos perceber que uma determinação não é total depois de reconhecer que ela determina alguma coisa.

Uma palavra completamente incapaz de tocar o real não deixaria resto. Deixaria apenas vazio.

Por isso o indizível não pode ser usado como argumento contra a verdade. Talvez seja necessário formular o paradoxo com toda simplicidade:

A verdade pode ser dita. A totalidade do verdadeiro, não.

Essa diferença nos afasta de duas tentações opostas: imaginar que, porque conhecemos verdadeiramente alguma coisa, terminamos com ela; ou imaginar que, porque nunca terminamos com ela, não podemos conhecê-la verdadeiramente. As duas confundem verdade com totalidade.

Uma proposição não precisa conter o mundo para ser verdadeira. Quando digo "a porta está aberta", não estou descrevendo a madeira, as dobradiças, a casa, a pessoa que

a abriu, o vento que passa por ela ou aquilo que existe do outro lado. Nada disso torna a frase incompleta em relação ao que ela afirma.

A porta está aberta.

A proposição terminou. A realidade, não.

Talvez seja aqui que a linguagem revele uma de suas forças mais extraordinárias: ela consegue recortar. Entre uma quantidade incalculável de coisas que poderiam ser percebidas, selecionamos alguma coisa e a tornamos dizível. Ao dizer "a porta está aberta", o mundo foi momentaneamente organizado por uma determinação, e isso nos permite agir: entrar, fechar a porta, avisar alguém, perguntar quem a deixou aberta.

Sem essa capacidade de recorte, talvez não houvesse pensamento possível. Uma consciência obrigada a receber simultaneamente todas as determinações de tudo aquilo que existe não conheceria mais; provavelmente não conseguiria distinguir coisa alguma. Conhecer exige deixar de lado. A palavra ilumina alguma coisa porque não ilumina tudo ao mesmo tempo.

Essa constatação modifica nossa relação com o resto. Aquilo que ficou fora da frase não é necessariamente uma falha da frase; pode ser a condição que permitiu que ela dissesse alguma coisa. Quando afirmo "a porta está aberta", não fracassei por não mencionar a cor da parede. Simplesmente não era isso que estava dizendo.

Há, portanto, uma diferença entre aquilo que ficou de fora porque não pertencia à determinação pretendida e aquilo que, pertencendo ao acontecimento que tentamos compreender, resiste à sua redução a uma determinação definitiva.

É essa segunda forma que nos interessa.

Uma pessoa entra numa sala. Vejo-a e alguma coisa acontece. Posso dizer depois que ela era alta, usava uma camisa clara, entrou depressa e parecia procurar alguém. Tudo isso pode estar correto. Mas talvez eu tenha sido imediatamente atraído por ela sem saber por quê. A atração aconteceu; a explicação, não.

Dias depois, percebo uma semelhança. O nariz daquela pessoa recorda o nariz de alguém que teve importância em minha vida. De repente, aquilo que parecia sem causa

ganha uma possibilidade de interpretação. O nariz estava diante de mim desde o primeiro encontro. Eu o havia visto, mas não sabia que o havia visto daquela maneira.

Essa frase exige atenção. Não se trata de afirmar que havia dentro de mim uma explicação completa escondida, esperando ser descoberta. Seria fácil demais encontrar a característica e declarar encerrado o problema: "Era o nariz." Talvez fosse, em parte. Mas reconhecer o traço não significa esgotar o acontecimento.

A descoberta reorganiza retrospectivamente o encontro. Aquilo que antes era apenas atração passa a possuir uma possível história; uma característica percebida sem reconhecimento consciente torna-se significativa.

O real havia me afetado antes que eu soubesse dizer o que nele me afetara.

Aqui aparece uma forma diferente do não dizer. Não fiquei sem palavras porque a experiência fosse sublime, não escolhi o silêncio, não esqueci uma palavra nem desconhecia o objeto diante de mim. Havia alguma coisa operando na experiência antes de estar disponível à formulação consciente.

Chamaremos provisoriamente isso de traço. O traço não é uma mensagem cifrada nem contém necessariamente uma verdade pronta. É aquilo que o encontro inscreve antes que saibamos inteiramente o que encontramos. Alguns traços jamais serão reconhecidos; outros aparecerão muito depois.

Nem sempre perceberemos, nem sempre haverá explicação e, quando houver, ela não terá necessariamente a forma de uma causa única. O importante, por enquanto, é reconhecer que o encontro pode preceder sua própria inteligibilidade.

Isso altera a posição da linguagem. Ela já não aparece apenas no final, encarregada de descrever uma experiência inteiramente formada. Às vezes é enquanto procuramos dizer que começamos a perceber o que aconteceu. "Não sei por que aquilo me incomodou." A frase já é uma aproximação. "Talvez tenha sido o jeito como ele falou." Outra. "Não. Não foi exatamente o jeito." A linguagem avança corrigindo a si mesma. "Foi uma palavra." Qual? A pessoa procura, repete mentalmente a conversa, volta, desvia, até que alguma coisa aparece.

Nesse movimento, a palavra não está simplesmente

transportando para fora um conteúdo pronto que já existia dentro da consciência. Ela participa da procura. Se a linguagem participa da descoberta, já não podemos tratá-la apenas como recipiente do pensamento. Quando começo a falar, posso saber o que pretendo dizer sem saber ainda exatamente aquilo que meu próprio dizer me permitirá encontrar.

A intenção inicia o percurso. Não determina necessariamente sua chegada.

Talvez por isso algumas conversas nos modifiquem. Entramos nelas com uma posição relativamente clara e, enquanto tentamos explicá-la, ouvimos nossa própria formulação. Uma palavra parece excessiva, outra insuficiente. Corrigimos. O interlocutor pergunta. Voltamos ao começo. Às vezes percebemos, falando, uma relação que ainda não havíamos formulado.

Há aqui um deslocamento decisivo. O indizível não precisa estar apenas depois da linguagem, como resto daquilo que ela não conseguiu conter. Pode aparecer dentro do próprio ato de dizer, na distância que se abre entre aquilo que pretendíamos dizer e aquilo que a fala nos fez perceber.

A linguagem começa então a apresentar uma propriedade inquietante. Nós a conduzimos e, às vezes, ela nos conduz. Não porque possua uma vontade secreta nem porque as palavras pensem por nós, mas porque cada palavra pronunciada modifica o campo daquilo que poderá ser dito em seguida. Uma palavra chama outra; uma imagem convoca uma lembrança; uma afirmação exige uma correção; uma tentativa de explicar produz uma associação inesperada.

O discurso toma um desvio. E talvez seja justamente nele que percebamos, pela primeira vez, que havia mais no encontro do que nossa intenção inicial estava preparada para reconhecer.

O desvio não é necessariamente erro. Se caminho para uma estação e tomo por engano uma rua que me afasta dela, houve um desvio em relação ao destino pretendido. Posso corrigir o percurso e voltar à rota, porque a intenção permanece como medida do erro. Na linguagem, porém, algo diferente pode acontecer: o lugar inesperado a que chego pode modificar aquilo que eu próprio compreendia como destino.

Começo querendo contar uma história sobre uma cerca. Falo do arame, dos mourões, de um animal que passou por ali, do trabalho necessário para consertar o estrago. Acrescento detalhes, corrijo um número, volto a uma circunstância que parecia secundária. Uma lembrança chama outra e, de repente, menciono meu pai. Não pretendia falar dele. Talvez nem soubesse que aquela história pudesse chegar até ele.

O discurso desviou.

Seria possível considerar a aparição do pai um acidente e retornar imediatamente à cerca. Também seria possível perceber que alguma coisa aconteceu naquele instante. Não sabemos ainda o quê, e essa ignorância deve ser preservada. O erro mais fácil seria transformar o desvio numa chave de interpretação: "Então era sobre o pai que ele queria falar."

Não necessariamente. Talvez quisesse realmente falar da cerca. Talvez o pai tenha surgido porque participou de uma lembrança associada àquele lugar; talvez uma palavra tenha convocado outra; talvez exista uma relação afetiva que o próprio falante desconheça. Talvez nenhuma dessas hipóteses seja suficiente.

O desvio é um indício. Não uma sentença.

Essa diferença protege o sujeito contra uma violência muito comum: alguém escuta nossa fala, encontra nela uma hesitação, uma repetição ou uma associação inesperada e declara conhecer melhor do que nós aquilo que "realmente" queríamos dizer. A interpretação fecha justamente aquilo que o desvio havia aberto.

Diferentes interpretações podem iluminar o acontecimento sem adquirir, apenas por isso, o direito de encerrá-lo. O desvio interessa porque produz uma diferença entre o destino pretendido da fala e o lugar a que o próprio ato de falar conduz o falante.

Comecei em A e cheguei a B. A passagem importa, mas B não precisa ser a verdade escondida de A. Pode ser apenas o lugar a partir do qual A já não parece exatamente o mesmo.

Se o desvio sempre revelasse uma verdade final, bastaria aprender a decifrá-lo. A linguagem se transformaria num código, e o intérprete possuiria sua chave. O que nos interessa é o contrário: o desvio pode aumentar a inteligibilidade sem produzir totalidade. Permite

compreender mais sem permitir concluir tudo.

Talvez seja essa a primeira disciplina da interpretação: não transformar aquilo que se revelou em autorização para declarar que nada mais resta.

A mesma cautela vale para a confusão. Uma pessoa começa a explicar: "Eu não me importava." Para e corrige: "Quer dizer, não é bem isso. Eu me importava, mas não queria que ele percebesse." Há nova pausa. "Não. Também não é exatamente isso."

Existe a tentação de considerar essas correções sinais de pensamento defeituoso. Às vezes são. Estamos cansados, não organizamos bem uma ideia, esquecemos um fato ou simplesmente não dominamos o assunto. Uma frase confusa pode ser apenas uma frase confusa. Seria desastroso transformar toda dificuldade de expressão em profundidade.

Mas existe outra possibilidade. A primeira frase parecia adequada enquanto ainda não havia sido pronunciada. Depois de ouvi-la, o próprio falante percebe que ela não suporta inteiramente aquilo que pretendia determinar.

"Não é bem isso."

Poucas expressões cotidianas revelam tanto. Ela não significa necessariamente que aquilo que foi dito seja falso. Pode significar que a frase tocou alguma coisa, mas lhe deu uma forma que o próprio falante agora reconhece como insuficiente. Então ele tenta outra vez. Diz, escuta o que disse, compara com aquilo que procura dizer, corrige, aproxima, recusa, retorna. A linguagem passa a funcionar como aproximação.

Nesse movimento, a confusão pode ser menos ausência de pensamento do que pensamento acontecendo diante de nós. A frase pronta esconde o percurso; a hesitação pode torná-lo visível.

É preciso, porém, cuidado com o que fazemos dessa hesitação. Uma dificuldade involuntária da fala não deve ser transformada em metáfora filosófica para conflito, insegurança ou indizibilidade. Nosso interesse está em outro fenômeno: o tropeço circunstancial da enunciação.

"Eu... queria... não, espere."

A palavra começa e é suspensa; outra se apresenta e é

recusada. Durante um breve intervalo, a intenção permanece, mas sua forma ainda não se estabilizou. O tropeço não prova que exista alguma verdade profunda escondida. Mostra apenas uma não coincidência momentânea entre querer dizer e conseguir dar forma ao que se quer dizer.

Essa modéstia é necessária. Nem todo tropeço é traço, nem toda hesitação é sintoma, nem todo desvio é revelação, nem todo silêncio é profundo. O Método do Indizível fracassaria se transformasse qualquer irregularidade da linguagem em evidência de um segredo. O que essas irregularidades oferecem é outra coisa: lugares em que podemos observar aquilo que normalmente passa despercebido.

A fala fluente produz uma impressão de continuidade. Penso, falo, sou compreendido, e tudo parece ocorrer como uma única operação. Quando alguma coisa interrompe essa continuidade, percebemos que havia etapas. Posso saber e não lembrar; lembrar e não encontrar a palavra; encontrar a palavra e considerá-la inadequada. Posso saber o que quero dizer sem saber ainda como dizê-lo. Posso começar dizendo uma coisa e descobrir outra enquanto

falo. E posso finalmente encontrar uma formulação satisfatória e ainda reconhecer que ela não contém tudo aquilo que experimentei.

Entre a experiência e a palavra existem intervalos. Um deles aparece numa expressão banal: "Me deu um branco."

O branco possui uma estrutura curiosa. Não digo simplesmente "não sei"; ao contrário, muitas vezes sei que sei. Perguntam o nome de alguém que conheço. Vejo o rosto, recordo circunstâncias, talvez saiba onde o encontrei. A palavra, porém, não vem. Se alguém pronuncia um nome errado, rejeito-o imediatamente. Outro também. Até que surge o nome correto: "Esse!"

Como pude reconhecer aquilo que, um instante antes, não conseguia produzir? A experiência cotidiana revela uma diferença entre possuir alguma forma de conhecimento e tê-la disponível naquele momento para a enunciação.

A expressão irmã é ainda mais precisa: "Está na ponta da língua." A linguagem popular localizou fisicamente uma proximidade estranha. A palavra não está ausente como aquilo que nunca soubemos; parece próxima sem estar acessível. Às vezes procuramos alcançá-la por outras

palavras: "É parecido com... quer dizer alguém que não cede. Não é rígido. Também não é inflexível. É... irredutível."

A palavra apareceu, mas o percurso até ela merece atenção. Não chegamos diretamente; construímos uma vizinhança. Cada palavra inadequada reduziu ou reorganizou o campo da procura, e o erro parcial tornou-se instrumento de aproximação. A linguagem procurou dentro da própria linguagem. Isso mostra que nem sempre encontramos uma palavra retirando-a intacta de algum depósito interior. Podemos reconstituir o caminho até ela.

Às vezes precisamos nos afastar para chegar.

O branco, entretanto, não deve ser confundido com o indizível. A palavra finalmente apareceu e a dificuldade terminou. Aquilo era inacessível naquele instante, não necessariamente inexprimível. A distinção é indispensável.

Uma alteração da linguagem tampouco deve ser convertida em alegoria filosófica do indizível. Basta-nos reconhecer a distinção que interessa aqui: pensamento, reconhecimento, memória, intenção e expressão não são uma única coisa.

Não conseguir dizer não significa necessariamente não possuir nada a dizer. E conseguir dizer não significa necessariamente possuir integralmente aquilo que foi dito.

Entre esses dois extremos existe uma região extensa, na qual o sujeito procura caminhos. Um gesto pode auxiliar uma palavra, uma palavra convocar outra, o contexto permitir uma aproximação e o interlocutor ajudar. Mas o interlocutor também pode invadir. Quando alguém encontra dificuldade para completar uma frase, sentimos frequentemente a tentação de terminá-la por ele: "Você quer dizer..."

Talvez queira. Talvez não.

A ajuda torna-se apropriação quando confundimos nossa hipótese com a intenção do Outro. Há uma ética nesse pequeno acontecimento: a dificuldade do Outro em dizer não me concede imediatamente o direito de dizer por ele. Esperar também pode ser uma forma de escuta. O intervalo que para mim parece vazio pode estar cheio de procura para quem tenta falar.

Compreender talvez seja, em parte, aquilo que permanece quando já não precisamos conservar a formulação

original. Isso não torna a memória inútil. Um ator decora um texto para poder libertar-se da procura das palavras e concentrar-se naquilo que acontece ao pronunciá-las; um músico memoriza uma partitura e pode justamente por isso escutar relações que antes exigiam toda a sua atenção técnica. Um poema aprendido na juventude pode permanecer durante décadas e tornar-se diferente sem alterar uma sílaba.

A memória pode aprisionar ou liberar. A questão volta a ser a mesma: qual é a relação entre aquilo que foi fixado e aquilo que continua podendo acontecer?

Há uma diferença entre não saber e ainda não saber. O "ainda" preserva uma abertura: alguma coisa não está disponível, mas existe procura. É precisamente nesse intervalo que o pensamento pode produzir seus próprios caminhos.

Então falamos.

E talvez seja justamente nesse ponto que a potência da linguagem comece a transformar-se em submissão à linguagem. Porque poder falar não significa precisar falar. Há uma diferença decisiva entre a palavra que

ainda não encontramos e a palavra que encontramos, mas escolhemos não pronunciar.

Até aqui observamos falhas, desvios, buscas, interrupções e reconstruções no caminho do dizer. Agora precisamos considerar uma possibilidade inteiramente diferente. O sujeito sabe. A palavra está disponível. A frase poderia ser pronunciada.

E ele se cala.

Nesse instante, o silêncio deixa de ser vazio e passa a conter uma palavra possível. É outra forma de permanência, talvez uma das mais tensas, porque aquilo que não foi dito não desapareceu.

Permaneceu em potência.

Esse silêncio não se parece com o branco. No branco, quero a palavra e ela não vem. Aqui, a palavra vem, eu a reconheço, posso até antecipar o efeito que produzirá e, justamente por isso, decido não a pronunciar. Se alguém me faz uma pergunta e permaneço calado porque fui proibido de responder, meu silêncio resulta de uma imposição. Se me calo porque tenho medo, alguma força

interior ou exterior pode estar restringindo minha capacidade de dizer. Se não compreendi a pergunta, talvez não exista sequer uma resposta formada. Mas, se compreendo, sei o que poderia dizer e escolho não o fazer, o silêncio assume outra natureza.

Não é ausência da palavra. É contenção. A linguagem permanece disponível sem passar ao ato.

Quem pode falar não perde a palavra ao escolher o silêncio. Pode, ao contrário, demonstrar que não está submetido à necessidade de pronunciá-la.

Essa distinção parece simples até observarmos quantas vezes falamos sem verdadeiramente decidir falar. Respondemos porque fomos provocados, comentamos porque todos comentaram, explicamos porque alguém exigiu explicação, preenchemos uma pausa porque ela nos constrange. Reagimos antes mesmo de saber exatamente ao quê. A palavra aparece como resposta automática ao estímulo e, nesse caso, talvez possuamos linguagem sem possuir inteiramente o governo de nossa potência de dizer.

Quem fala sem conseguir não falar encontra-se numa situação curiosamente próxima daquele que se cala sem

poder falar. Os comportamentos são opostos, mas a estrutura da falta de liberdade pode ser semelhante: um está impedido de transformar palavra possível em ato; o outro, de conservar a palavra como possibilidade. Por isso não basta defender a fala contra o silêncio, nem o silêncio contra a fala.

A liberdade está no intervalo que permite ambos.

Recebo uma provocação e a resposta surge. Entre aquilo que ouvi e aquilo que farei existe, às vezes, uma fração de tempo quase imperceptível. Posso ampliá-la. A resposta que parecia inevitável passa a ser apenas uma possibilidade. Digo ou não digo? Agora ou depois? Desta maneira ou de outra? Tudo ou apenas uma parte? Nesse intervalo, a linguagem deixa de ser reação e torna-se decisão.

Talvez autonomia seja precisamente a existência desse intervalo. Não o domínio absoluto sobre tudo aquilo que nos determina, nem uma consciência perfeitamente transparente a si mesma; isso seria incompatível com tudo o que já observamos sobre traço, desvio, memória e intenção. Autonomia, aqui, significa algo mais modesto e talvez mais real: a possibilidade de não converter imediatamente

em ato aquilo que se apresenta como impulso de expressão.

Posso conservar.

A palavra em repouso não está morta. Está tensa, carregando aquilo que poderia fazer. Uma informação conhecida e não revelada continua capaz de modificar uma situação se for pronunciada; uma resposta retida continua existindo como resposta possível. Um segredo conserva, justamente porque não circula, uma potência que perderia ou modificaria ao tornar-se público.

Surge então uma categoria diferente. Há aquilo que não consigo dizer, aquilo que ainda não consigo dizer, aquilo que nenhuma formulação conseguirá esgotar e aquilo que posso dizer, mas escolho não dizer.

Chamaremos essa última forma de reserva.

A reserva não é necessariamente segredo nem omissão. Posso decidir não responder a uma pergunta simplesmente porque não reconheço no interlocutor o direito de exigir aquela resposta. A reserva não pressupõe que tudo aquilo que poderia ser dito deva ser apresentado.

Nem tudo aquilo que sei é devido ao mundo.

A frase exige cautela porque pode servir tanto à dignidade quanto à manipulação. Alguém pode preservar legitimamente sua intimidade; outro pode ocultar uma informação decisiva para induzir uma pessoa ao erro. Ambos não disseram. Eticamente, porém, os silêncios são diferentes.

Não mentir não significa necessariamente dizer tudo. Mas não dizer tudo também não nos absolve automaticamente da mentira. Uma pessoa pode construir uma falsidade escolhendo cuidadosamente quais verdades permitirá que apareçam. O silêncio participa, então, da arquitetura do engano.

Isso impede que transformemos a reserva em virtude automática. O silêncio escolhido demonstra potência, não demonstra por si só justiça. Aquele que sabe calar pode proteger uma confidência ou uma fraude, evitar uma crueldade desnecessária ou fugir de uma responsabilidade. A autonomia da palavra responde à pergunta "Posso escolher não dizer?". Não responde ainda à pergunta "Devo escolher não dizer?". A segunda pertence à ética.

Mas antes dela existe uma questão ainda mais elementar:

tenho direito a permanecer parcialmente ilegível?

A vida coletiva depende de alguma legibilidade. Meu nome, meus compromissos, certas ações e responsabilidades precisam poder ser reconhecidos pelos outros. Não existe convivência se cada sujeito puder transformar qualquer relação em opacidade absoluta. O movimento contrário, porém, também produz violência. Se tudo aquilo que penso precisa ser declarado, se toda hesitação exige posicionamento e toda recusa de resposta precisa ser justificada, a interioridade começa a ser tratada como dívida.

"Diga o que pensa."
"Explique por quê."
"De que lado você está?"
"Por que não respondeu?"
"Por que não quer responder?"

A última pergunta revela a armadilha. Digo: "Prefiro não responder." A reserva foi expressa. O interlocutor insiste: "Mas por quê?" Agora sou convocado a explicar a razão pela qual não desejo explicar. Se respondo integralmente, posso destruir justamente aquilo que pretendia preservar.

O direito ao silêncio precisaria então incluir, em certas circunstâncias, o direito de não fornecer uma teoria pública do próprio silêncio. Caso contrário, a reserva seria permitida apenas depois de se tornar legível para quem a interroga.

Isso vale também para o pensamento ainda em formação. Há ideias que, convertidas cedo demais em declaração, começam a ser defendidas ou rejeitadas antes mesmo de terem sido inteiramente encontradas.

Talvez exista, portanto, uma reserva necessária ao pensamento.

Isso nos aproxima novamente do "ainda não sei dizer", mas por outro caminho. Antes, a formulação ainda não estava disponível; agora talvez esteja parcialmente disponível, mas o sujeito decide não a entregar enquanto ela não amadurece.

O silêncio protege o inacabado.

Essa proteção não é fuga da linguagem. Pode ser preparação da palavra. Há um momento de dizer e pode haver um momento de não dizer. A economia da palavra

não consiste simplesmente em falar pouco, porque uma pessoa lacônica pode ser tão automática em seu silêncio quanto o falastrão em sua fala. Economia significa reconhecer que dizer produz consequências.

A palavra modifica relações, cria compromissos, expõe, fere, consola, promete, acusa, perdoa, convoca. Às vezes, uma única frase altera aquilo que nenhuma quantidade posterior de explicações consegue restaurar à condição anterior. Depois de dita, a palavra entra no mundo. Posso corrigi-la, pedir desculpas, afirmar que fui mal compreendido. Não posso fazê-la não ter sido pronunciada.

Há uma irreversibilidade do dizer.

Talvez por isso a reserva seja também uma relação com o tempo. Antes da palavra existe possibilidade; depois dela existe acontecimento. O silêncio escolhido mantém aberta a possibilidade de que a palavra seja dita mais tarde. Ou nunca. Não há nisso necessariamente covardia. Pode haver discernimento, respeito, medo, cálculo, amor. Mais uma vez, o comportamento exterior não basta para determinar sua natureza.

Duas pessoas permanecem caladas diante da mesma

pergunta. Uma não consegue responder; a outra decidiu não o fazer. O silêncio parece igual. A liberdade, não.

A explicação consciente de uma escolha pode ser verdadeira sem ser completa. A intenção também deixa resto.

Essa constatação impede que transformemos a autonomia em soberania absoluta da consciência sobre si mesma. Posso escolher sem conhecer inteiramente tudo aquilo que participou da minha escolha. Posso decidir não falar e descobrir depois que havia naquela decisão medo, ressentimento, prudência, desejo de preservar alguém, vergonha ou uma mistura impossível de separar perfeitamente. A escolha continua sendo minha; sua origem, porém, pode não ser inteiramente transparente para mim.

A liberdade não exige necessariamente transparência total. Talvez exija apenas que o sujeito consiga introduzir algum espaço entre aquilo que o solicita e aquilo que faz. Esse espaço pode ser mínimo, mas nele cabe uma palavra extraordinária:

Não.

Não vou responder. Não agora. Não dessa maneira. Não a você. Não porque eu não tenha palavras. Justamente porque as tenho.

A potência de dizer inclui, então, uma potência de não dizer. Mas isso não transforma a palavra retida em indizível. Precisamos manter as duas coisas separadas. O indizível não é o segredo, porque o segredo poderia ser contado; não é a reserva, porque a reserva poderia ser abandonada; não é a privacidade, porque a privacidade estabelece uma fronteira de acesso. Segredo, reserva e privacidade ensinam, porém, algo decisivo ao nosso método: nem toda ausência de palavra deve ser preenchida.

Às vezes, interpretar corretamente um silêncio significa não exigir que ele desapareça.

Há perguntas cuja resposta nos é devida e outras cuja resposta apenas desejamos possuir. Confundir desejo de saber com direito de saber é uma forma de totalização do Outro. Conhecer alguém não significa adquirir acesso irrestrito àquilo que ele pensa.

Posso perguntar, ele pode responder, posso ouvir e compreender melhor.

E, depois de tudo isso, o Outro permanece.

Talvez agora a palavra com que começamos este capítulo adquira outra dimensão. A árvore permanece depois da descrição; a experiência, depois da palavra; o traço, antes do reconhecimento. A intenção pode permanecer parcialmente desconhecida depois da decisão, a palavra pode permanecer em potência quando escolhemos não a pronunciar, e o Outro permanece depois de tudo aquilo que conseguimos dizer sobre ele.

Não estamos falando sempre da mesma permanência. Mas talvez todas apontem para uma resistência comum à conclusão: alguma coisa não coincide inteiramente com a forma que lhe demos. É essa não coincidência que impede o método de transformar-se em sistema de captura.

Conhecer não será possuir. Interpretar não será substituir. Explicar não será eliminar a necessidade de retornar. Dizer não será terminar. E calar não será necessariamente desaparecer.

Começamos com uma árvore porque precisávamos de alguma coisa aparentemente simples. Agora podemos voltar a ela.

Digo: árvore.

A palavra continua correta, mas já não esperamos dela aquilo que não lhe pertence. Ela determina, recorta, permite reconhecer e comunicar. Talvez permita amar aquela árvore, estudá-la, protegê-la, derrubá-la ou lembrar dela muitos anos depois. A palavra faz coisas no mundo. Não é impotente diante do real.

Toca-o.

O erro começa quando, depois de tocá-lo, confundimos o alcance do toque com a extensão daquilo que foi tocado. É nesse pequeno excesso que alguma coisa permanece aberta. Não precisamos chamá-la de mistério. Ainda não precisamos chamá-la de infinito. Por enquanto, basta não a fechar.

Porque o que permanece depois do dizer não é necessariamente aquilo que a palavra perdeu. Pode ser justamente aquilo que permitirá que um novo encontro aconteça.

Talvez seja possível parar aqui. Não porque o problema tenha sido resolvido, mas porque alguma coisa já pode ser

levada adiante.

Começamos perguntando o que permanece depois que uma palavra verdadeira foi pronunciada. Ao longo do percurso, foi necessário distinguir esse resto da ignorância, do erro, do esquecimento, do segredo, da reserva e da dificuldade de expressão. Nenhum desses fenômenos, isoladamente, constitui aquilo que estamos chamando de indizível.

O problema começa em outro lugar. Mesmo quando sabemos, lembramos, encontramos a palavra e construímos uma frase verdadeira, aquilo que foi determinado não precisa coincidir integralmente com aquilo que tornou possível a determinação. Mesmo quando o Outro responde, a resposta não o converte naquilo que sabemos sobre ele.

Há resto sem que tenha havido fracasso.

Essa talvez seja a afirmação que precisávamos alcançar. Enquanto o resto fosse pensado apenas como deficiência, todo avanço do conhecimento pareceria destinado a eliminá-lo: saber mais significaria deixar menos resto. No limite, imaginaríamos uma realidade inteiramente coincidente com sua descrição.

Mas talvez a dificuldade esteja nessa própria imagem. O real não precisa estar diante de nós como um inventário terminado, esperando apenas um observador suficientemente poderoso para registrá-lo.

A árvore cresce enquanto a descrevemos. O corpo envelhece. A luz muda. Uma palavra pronunciada modifica uma relação, e a pessoa que escuta já não é exatamente aquela que existia antes de escutar. O conhecimento também acontece no mundo; não paira fora dele. Quando conhecemos alguma coisa, produzimos um acontecimento que passa a pertencer à realidade que pretendíamos conhecer.

Isso não significa que criamos arbitrariamente o real. A árvore não depende de minha descrição para possuir raízes, nem a chuva começa porque digo que chove. A realidade resiste à consciência, e é justamente essa resistência que impede o Método do Indizível de dissolver-se em relativismo. Posso interpretar, mas não posso fazer qualquer interpretação valer igualmente. Posso nomear, e a coisa nomeada pode desmentir meu nome. Posso construir uma teoria, e o real pode obrigá-la a mudar.

Há, portanto, alguma coisa diante de mim que não sou eu. Mas aquilo que acontece entre nós também passa a fazer parte da experiência.

Conhecer não é apenas recolher. É encontrar.

Pensamos frequentemente o conhecimento como luz: quanto maior a iluminação, menor a região desconhecida. Mas essa imagem sugere que uma iluminação suficiente deixaria tudo definitivamente visível.

O encontro oferece outra possibilidade.

Posso encontrar a mesma pessoa amanhã. Ela será a mesma pessoa, mas não será o mesmo encontro. Não porque sua identidade tenha desaparecido nem porque toda interpretação seja relativa, mas porque aquilo que acontece entre duas presenças pertence também ao tempo. O conhecimento adquirido ontem participa do encontro de hoje; aquilo que sei modifica aquilo que consigo perceber, e aquilo que vivi modifica o que me chama a atenção. O real permanece. Eu também permaneço. A relação, porém, não permanece imóvel.

É por isso que retornar pode produzir conhecimento. Releio

um livro: as palavras são as mesmas, mas uma frase que não me deteve há dez anos agora me obriga a parar. Não estava escondida. Eu a havia lido e talvez até me lembrasse dela. O que não existia era este encontro com ela.

Escuto novamente uma música. Nenhuma nota foi acrescentada e, ainda assim, alguma coisa acontece que não aconteceu antes. Seria fácil dizer: "Você mudou." É verdade, mas insuficiente. A mudança do sujeito não explica sozinha o acontecimento. Foi necessário retornar àquela obra, àquelas notas, àquela frase.

O novo não estava apenas em mim, nem apenas nela.

Aconteceu na relação.

Por enquanto, inesgotável basta.

O inesgotável não é aquilo que possui necessariamente uma quantidade infinita de propriedades. É aquilo cuja realidade não se torna desnecessária depois que produzimos uma determinação verdadeira sobre ela. Posso voltar, e o retorno ainda importa.

Essa formulação permite distinguir o inesgotável do desconhecido. Volto a um problema porque ainda não

encontrei sua resposta: isso é investigação. Volto a uma obra cuja interpretação conheço: isso pode ser reencontro. Volto a uma pessoa sobre quem sei muitas coisas: isso pode ser relação. Volto a um lugar que conheço desde a infância: isso pode ser memória. Em todos esses casos, o retorno não serve necessariamente para preencher uma lacuna. Às vezes retornamos porque aquilo que conhecemos continua capaz de acontecer.

Essa capacidade merece um nome, ainda não como conceito definitivo, talvez apenas como indicação:

reencontrabilidade.

Uma coisa é reencontrável quando o conhecimento anterior não torna supérflua uma nova presença diante dela.

Nem tudo possui essa força da mesma maneira. Uma senha, uma vez conhecida, pode ter cumprido sua função. Uma medida pode ser suficiente para determinada tarefa. Uma instrução pode deixar de exigir interpretação depois que aprendemos a executá-la. O Método do Indizível não precisa declarar inesgotável cada objeto em cada relação. Isso novamente transformaria uma cautela em dogma.

O que precisamos observar é quando a repetição deixa de ser mera repetição; quando voltar não significa apenas confirmar.

A arte torna isso especialmente visível. Uma obra pode estar materialmente terminada e continuar exigindo retorno. Mesmo depois de uma interpretação capaz de alterar profundamente nossa percepção, ainda podemos querer olhar novamente.

Se a explicação fosse equivalente à obra, bastaria guardar a explicação. Uma interpretação profunda, porém, não substitui aquilo que interpreta. Devolve-nos a ele.

A obra terminada não está necessariamente encerrada.

O poema também se aproxima de nosso problema, não porque seja a linguagem do indizível, mas porque nele a forma do dizer participa de maneira especialmente visível daquilo que é dito. Uma paráfrase pode explicar um poema. Não pode necessariamente repetir seu acontecimento.

Nesse momento haverá um corte.

[...]

O sinal não significará: "aqui está aquilo que não pode ser dito". Não haverá uma frase ausente atrás dele. Nada foi perdido e nada precisa ser completado.

Será apenas interrupção.

Talvez descubramos então uma diferença que ainda não estamos preparados para formular inteiramente. Há aquilo que uma frase diz, aquilo que seu silêncio permite e aquilo que outra forma de linguagem consegue fazer sem substituir nenhuma das duas.

Por enquanto, basta conservar o espaço. Não o preencher antes que alguma coisa o exija.

Talvez esse seja também um método: não transformar imediatamente toda abertura em conteúdo, não confundir intervalo com falta, não exigir que cada silêncio produza significado. Deixar que alguma coisa permaneça sem decidir antecipadamente o que deverá nascer dela.

Chegamos, assim, a um limite provisório. O indizível não é simplesmente o desconhecido, o erro, o branco, o segredo, a reserva, o silêncio ou o poema. Pode atravessar alguns desses acontecimentos, mas não coincide com nenhum deles.

O que permanece é mais discreto.

É aquilo que impede uma determinação verdadeira de reivindicar para si a totalidade do real que conseguiu tocar.

Essa afirmação já nos permite seguir. Porque, se alguma coisa permanece depois da palavra, precisamos agora perguntar o que acontece antes dela. Antes que eu diga árvore, alguma coisa já aconteceu. Antes que eu reconheça um rosto, ele já me afetou. Antes que eu encontre a palavra, talvez exista traço. Antes que o mundo se torne enunciado, houve encontro.

É para esse instante que precisamos voltar.

Não ao silêncio como ausência.

Ao momento em que alguma coisa começa a acontecer entre o real e aquele que ainda não sabe o que terá para dizer.

Título II – O encontro

O encontro parece exigir duas coisas. Alguma coisa que não sou eu e alguém para quem essa coisa possa aparecer. Dito assim, parece simples: de um lado, o real; de outro, a consciência. Entre ambos, uma relação.

Mas essa imagem ainda é estática demais.

Antes do encontro, posso afirmar que a árvore existe sem mim. Suas raízes penetram o solo, a seiva circula, os galhos respondem ao vento. Nada disso espera minha presença para acontecer. Se eu abandonar o jardim, a árvore não desaparece. Essa independência importa porque impede que o encontro se transforme numa fabricação da consciência. Encontrar não é criar aquilo que encontro.

No entanto, quando entro no jardim e vejo a árvore, alguma coisa acontece que não estava inteiramente contida nem na árvore considerada isoladamente nem em mim antes de vê-la. Minha atenção pode deter-se numa inclinação do tronco, numa raiz exposta, numa sombra que atravessa o chão. Talvez eu passe sem notar nada. Talvez pare. Talvez alguma característica me afete antes que eu saiba por quê.

A árvore existia. Eu existia. O encontro, não.

Ele acontece.

Essa distinção permite evitar duas reduções opostas. A primeira faria do sujeito um simples receptor: o real estaria pronto, completo, e a consciência apenas recolheria suas propriedades. A segunda faria do real uma produção da consciência: aquilo que encontro seria apenas resultado de minhas categorias, lembranças, desejos ou expectativas. Em ambos os casos, alguma coisa desaparece. No primeiro, desaparece a participação daquele que encontra; no segundo, a resistência daquilo que é encontrado.

O encontro exige ambos sem permitir que um seja reduzido ao outro.

Isso não significa distribuir igualmente a realidade entre sujeito e objeto, como se cada um fornecesse metade do acontecimento. O que surge entre ambos não é uma terceira coisa separada, mas uma relação que só existe enquanto acontece.

A palavra relação costuma chegar tarde. Primeiro imaginamos duas coisas prontas e, depois, acrescentamos

entre elas uma ligação. Mas certos acontecimentos não podem ser compreendidos dessa maneira. Há alguma coisa cuja existência depende precisamente do contato.

O encontro não elimina aquilo que existia antes dele. Produz aquilo que não existia sem ele.

É aqui que a ideia de inesgotável, encontrada no capítulo anterior, começa a adquirir outra dimensão. Se o real fosse apenas um conjunto fixo de propriedades esperando descrição, talvez pudéssemos imaginar que conhecer consistisse em transferi-las, uma a uma, para a consciência. Quanto mais propriedades recolhêssemos, mais perto estaríamos do inventário completo. Mas, se o encontro também produz acontecimentos, conhecer deixa de ser apenas acumular informações sobre algo que permaneceu indiferente à relação.

Conhecer uma pessoa torna isso evidente. Posso acumular informações durante anos e ainda assim nada disso substitui aquilo que acontece quando estamos um diante do outro. Não porque exista nela uma essência secreta escondida atrás dos dados, mas porque sua presença pode produzir acontecimentos que nenhum catálogo anterior

continha.

Uma pergunta modifica a conversa. Uma resposta modifica a pergunta que eu faria em seguida. Uma pausa altera o peso da frase anterior. Aquilo que digo produz nela uma reação que passa a modificar aquilo que direi. Quando a conversa termina, ambos carregamos alguma coisa que não estava pronta antes de começarmos.

Por isso o encontro possui tempo.

Ele não é um ponto geométrico em que duas entidades se tocam. Tem antes, durante e depois. Há expectativa, aproximação, contato, resposta, afastamento, memória. Às vezes seu efeito só aparece muito mais tarde. Posso sair de uma conversa acreditando que nada de importante aconteceu e descobrir, dias depois, que uma frase permaneceu. Posso recordar um gesto que mal percebi quando ocorreu. Alguma coisa retorna e reorganiza retrospectivamente o acontecimento.

Foi por esse caminho que chegamos ao traço. Agora podemos vê-lo de outra posição: o traço não é apenas aquilo que sobra depois do encontro. Pode ser a forma pela qual o encontro continua acontecendo quando sua presença imediata

terminou.

Se dissermos que tudo deixa traço, a palavra perderá sua força. Nem todo contato se torna encontro no sentido que procuramos, e talvez não exista um critério capaz de decidir antecipadamente quando isso acontecerá.

Posso atravessar todos os dias a mesma rua e, numa tarde, perceber uma janela que sempre esteve ali. Nada garante que a janela tenha mudado. Também não preciso supor que uma transformação profunda tenha ocorrido em mim. Talvez a luz tenha incidido de outra maneira. Talvez alguém tenha aparecido atrás do vidro. Talvez eu simplesmente tenha levantado os olhos.

O acontecimento pode nascer de uma diferença mínima.

É tentador perguntar onde estava sua causa verdadeira: na janela, na luz, na pessoa atrás do vidro, em minha disposição naquele dia? A pergunta pode ser legítima. O erro seria imaginar que precisamos localizar todo acontecimento num único termo para torná-lo real.

Há coisas cuja realidade está justamente no entre.

Esse "entre" precisa ser tratado com cuidado. Não é um

espaço misterioso suspenso entre o mundo e a consciência. Não é uma substância nem uma região invisível. É apenas o nome provisório para acontecimentos que dependem da relação sem poder ser atribuídos integralmente a um de seus termos.

Uma conversa acontece entre duas pessoas sem constituir uma terceira pessoa. O entre não acrescenta um mundo ao mundo. Nomeia uma forma de acontecimento.

Talvez seja nesse sentido que possamos começar a compreender por que uma consciência finita encontra uma realidade inesgotável. Não porque diante dela exista necessariamente uma quantidade infinita de informações, mas porque cada encontro ocorre a partir de uma posição, num tempo, sob determinadas condições, e nenhuma dessas condições pode ser repetida integralmente.

Posso voltar amanhã à árvore.

A árvore terá continuado.

Eu também.

Mas o encontro de hoje não estará mais disponível.

Posso recordar o encontro, descrevê-lo, talvez o reconstruir

com grande precisão. Posso voltar ao mesmo lugar, na mesma hora, procurar a mesma posição diante da árvore. Ainda assim, aquilo que aconteceu pertence ao tempo em que aconteceu. A repetição pode aproximar circunstâncias; não restitui o acontecimento.

Isso não torna o encontro irrecuperável no sentido de que nada dele permaneça. Ao contrário, alguma coisa pode permanecer justamente porque ele terminou. A memória não conserva o acontecimento como se guardasse um objeto intacto. Seleciona, altera proporções, perde detalhes, aproxima elementos que talvez estivessem separados. O traço não é uma cópia do encontro. É uma de suas formas de continuidade.

Talvez por isso certas lembranças se modifiquem sem que necessariamente se tornem falsas. Uma conversa ocorrida muitos anos antes pode adquirir um peso que não possuía quando aconteceu. Uma frase aparentemente secundária torna-se central depois que outros acontecimentos nos permitem ouvi-la de outra maneira. Não voltamos ao passado para modificá-lo; modificamos nossa relação com aquilo que permanece dele.

O encontro, portanto, possui uma espécie de assimetria. Enquanto acontece, não sabemos inteiramente o que dele permanecerá. Depois que termina, podemos reconhecer nele coisas que não estavam disponíveis à consciência durante sua ocorrência. O presente produz traços cujo sentido, se algum dia aparecer, pertence também ao futuro.

Isso significa que encontramos mais do que percebemos?

Não precisamos supor uma consciência subterrânea registrando tudo aquilo que a consciência manifesta deixou escapar. Basta admitir algo mais modesto: a experiência pode produzir efeitos cuja origem não reconhecemos imediatamente.

Voltemos à pessoa que entrou na sala e cujo rosto nos atraiu antes que percebêssemos a semelhança com alguém conhecido. O encontro ocorreu antes da explicação. Quando mais tarde reconhecemos o traço, não recuperamos uma verdade que estivesse pronta desde o primeiro instante. Produzimos uma nova relação entre acontecimentos: aquele rosto, uma memória anterior e o reconhecimento presente.

O passado não mudou. O encontro, porém, ganhou outra

inteligibilidade.

É importante preservar essa diferença porque nem toda descoberta posterior revela um conteúdo que sempre estivera escondido. O sentido pode também surgir quando experiências distantes entram em relação.

Nesse caso, reconhecer não é simplesmente desenterrar. É reencontrar.

A palavra nos devolve à reencontrabilidade. O reencontro não repete apenas o primeiro encontro; pode transformá-lo retrospectivamente.

Releio uma carta. Quando a recebi, uma frase pareceu afetuosa. Anos depois, conhecendo acontecimentos que então ignorava, a mesma frase adquire outra tonalidade. As palavras não mudaram. Não preciso afirmar que minha primeira leitura estava errada e a segunda finalmente descobriu a verdade. Talvez ambas pertençam legitimamente a momentos diferentes da relação.

Isso não significa que qualquer leitura seja possível. A carta continua contendo determinadas palavras e não outras. Seu contexto impõe resistências. O real não

desaparece quando reconhecemos a historicidade do encontro.

Ele resiste.

Talvez seja justamente a resistência que torna possível reencontrar. Se aquilo que encontro fosse apenas projeção minha, não haveria verdadeiramente retorno: eu encontraria sempre a mim mesmo. Para que alguma coisa me surpreenda novamente, ela precisa conservar uma exterioridade suficiente para contrariar aquilo que eu esperava encontrar.

A surpresa é um dos sinais mais claros do encontro.

Entro num museu decidido a rever uma obra que conheço. Sei onde está, lembro suas dimensões, talvez tenha lido análises sobre ela. Aproximo-me carregando tudo isso. E alguma coisa que nunca havia percebido interrompe meu percurso: uma pequena figura no fundo, uma relação entre duas formas, uma direção do olhar. A descoberta pode ser banal para outro observador. Para mim, naquele momento, reorganiza a obra.

Não posso dizer que a figura surgiu porque eu a percebi.

Ela estava lá. Tampouco posso dizer que o acontecimento estava inteiramente na figura, pois milhares de pessoas podem passar diante dela sem experimentar o que experimentei. O que aconteceu exige a presença de ambos.

Uma pessoa conhecida há décadas pode fazer um gesto que nos obriga a revê-la. Um lugar habitual pode tornar-se estranho depois de uma ausência. Uma palavra usada milhares de vezes pode subitamente parecer inadequada. O cotidiano pode conservar uma capacidade de acontecimento que deixamos de perceber.

O hábito reduz a atenção porque antecipa. Essa economia é indispensável, mas possui um preço: aquilo que já sabemos pode começar a ocupar o lugar daquilo que está diante de nós.

Não deixamos de ver completamente. Vemos o suficiente para agir. A porta torna-se aquilo que se abre, a rua aquilo que leva ao destino, a pessoa conhecida aquilo que esperamos que ela seja. O conhecimento anterior, que deveria ampliar nossa relação com o real, pode começar a substituí-lo.

É nesse ponto que o encontro se torna método.

Encontrar novamente exige permitir que aquilo que sei não determine antecipadamente tudo aquilo que poderei perceber. Não significa esquecer deliberadamente o conhecimento anterior, como se a inocência fosse superior ao saber. Isso seria impossível e provavelmente indesejável. Significa carregar o conhecimento sem utilizá-lo como sentença.

Sei, mas olho.

Talvez essa seja uma das formas mais simples do Método do Indizível. Não fingir ignorância, mas impedir que o conhecimento se transforme em conclusão. Aquele que sabe não precisa voltar a ser aquele que não sabe. Precisa apenas conservar a possibilidade de ser surpreendido pelo que sabe.

Essa possibilidade depende da atenção. Mas ela não é apenas concentração voluntária: alguma coisa pode capturá-la antes que tenhamos decidido oferecê-la.

A atenção pode ser dirigida, mas também pode ser convocada.

O encontro começa frequentemente nessa convocação.

Alguma coisa se destaca.

Ainda não sabemos por quê. Talvez nunca saibamos. O que importa é que, durante um instante, a distribuição habitual do mundo foi alterada. Aquilo que estava no fundo veio para a frente. Uma presença que poderia ter permanecido indiferente tornou-se saliente.

É tentador transformar essa saliência em significado: "Se chamou minha atenção, deve significar alguma coisa." Não. O método precisa resistir novamente. A atenção é um acontecimento, não uma interpretação pronta. Pode indicar uma relação anterior, uma expectativa, um contraste perceptivo, um desejo, uma ameaça ou simplesmente uma mudança sensorial. Descobrir sua causa é outra tarefa.

Antes de perguntar o que significa, talvez seja preciso reconhecer que aconteceu.

Essa anterioridade é importante. Estamos habituados a tratar a experiência como se percepção e interpretação chegassem juntas. Vejo um rosto triste, uma sala vazia, uma árvore antiga. Mas cada uma dessas expressões já contém mais do que simples recepção. "Triste", "vazia", "antiga" organizam aquilo que vejo.

Não há problema nisso. A linguagem não corrompe uma percepção originalmente pura. Talvez jamais encontremos uma percepção humana completamente separada de memória, expectativa, aprendizagem e nomeação. O que podemos fazer é observar que nem tudo chega ao mesmo tempo.

Às vezes, alguma coisa nos toca antes que saibamos como chamá-la.

Esse intervalo pode durar um segundo ou anos. Não estamos ainda diante do indizível como conclusão. Estamos diante de uma anterioridade.

Antes da palavra, houve contato.

Mas "antes" também precisa de cuidado. Não estamos construindo uma cronologia rígida em que primeiro existiria percepção pura, depois pensamento e finalmente linguagem. Os processos podem sobrepor-se, corrigir-se e acontecer quase simultaneamente. A palavra pode modificar a percepção enquanto percebemos. O que chamamos de anterioridade é uma diferença de disponibilidade: alguma coisa pode já estar produzindo efeito sem estar ainda disponível para uma formulação

consciente.

É aí que o encontro começa a tocar o próximo problema.

Se o real pode nos afetar antes que saibamos aquilo que nele nos afetou, então a consciência não inaugura necessariamente tudo aquilo que acontece em sua própria experiência. Alguma coisa chega antes da explicação, antes do reconhecimento e, em certos casos, antes da palavra.

O encontro abre uma precedência.

E talvez seja nessa pequena precedência que devamos procurar aquilo que existe ***antes da palavra****.*

Título III – Antes da palavra

Antes da palavra não há necessariamente silêncio.

A afirmação parece contraditória apenas porque nos acostumamos a pensar o silêncio como ausência de fala. Se nenhuma palavra foi pronunciada, dizemos que houve silêncio. Mas o que nos interessa agora não é a ausência acústica da linguagem. É aquilo que pode estar acontecendo antes que uma experiência encontre forma suficiente para ser nomeada.

Entro numa casa onde nunca estive. Há móveis, luz, cheiros, objetos, temperaturas, distâncias. Em poucos segundos, alguma coisa daquela casa já me afetou. Talvez eu diga que é agradável. Talvez desconfortável. Talvez não diga nada porque ainda não sei o que dizer. A experiência, porém, não esperou minha frase para começar.

Isso parece evidente quando se trata dos sentidos. O corpo recebe diferenças de luz, som, temperatura e pressão antes que cada uma delas seja transformada em enunciado. Mas seria precipitado imaginar que existe primeiro uma experiência inteiramente muda e, depois, uma linguagem que chega para traduzi-la. Aquele que entra na casa já

possui história, memória, hábitos, palavras. Reconhece uma mesa porque aprendeu a reconhecer mesas; percebe uma porta como porta porque sabe aquilo que portas fazem.

Não chegamos ao real vazios.

Por isso "antes da palavra" não significa antes de toda linguagem. Significa antes daquela palavra que conseguirá, talvez, organizar conscientemente aquilo que está acontecendo agora. A linguagem já participou de nossa formação; categorias aprendidas orientam a percepção; nomes anteriores tornam certas diferenças visíveis. Ainda assim, algo pode acontecer antes que saibamos formular este acontecimento.

A infância torna isso evidente. A criança é afetada pelo mundo antes de possuir palavras suficientes para descrevê-lo, mas já está mergulhada num mundo de vozes, gestos e significações que a precedem.

A palavra chega a alguém que já está sendo tocado por palavras.

Há aqui uma precedência dupla. O real precede minha

formulação, mas a linguagem também me precede. Quando começo a falar, não invento as palavras de que disponho. Recebo uma língua que existia antes de mim, com distinções, histórias, usos e possibilidades que não escolhi. Aprendo a dizer árvore numa língua que já havia decidido, muito antes de minha chegada, que certo conjunto de diferenças poderia ser reunido sob aquele nome.

Digo "árvore" com uma palavra emprestada.

Mas aquilo que encontro não é emprestado da mesma maneira. A árvore diante de mim pode resistir às categorias recebidas, exigir uma distinção que desconheço, despertar uma lembrança que não esperava. Entre uma linguagem anterior a mim e um real que não depende de mim, minha experiência começa.

Talvez seja esse o lugar mais preciso para procurar o sujeito: não como origem absoluta, mas como aquele em quem encontros acontecem.

Gostamos de imaginar que primeiro possuímos pensamentos e depois escolhemos palavras para expressá-los. Em muitas situações é aproximadamente assim. Em

outras, não encontramos dentro de nós um pensamento pronto aguardando tradução.

Há apenas alguma coisa.

Uma inquietação. Uma atração. Um desconforto. Uma impressão que ainda não possui contorno suficiente para receber um nome.

Perguntam: "O que aconteceu?"

"Não sei."

A resposta pode ser verdadeira. Aquilo que aconteceu ainda não se tornou conhecimento disponível sob a forma exigida pela pergunta.

As palavras oferecidas podem ser próximas e, justamente por isso, permitir reconhecer diferenças. Aos poucos, a linguagem não apenas nomeia uma experiência anterior: ajuda a diferenciá-la.

A palavra encontrada modifica aquilo que podemos perceber.

Isso não significa que a palavra cria retroativamente a experiência do nada. Se fosse assim, qualquer nome serviria. Mas não serve. Algumas palavras parecem

erradas; outras se aproximam. Há resistência. Aquilo que procuro dizer não está completamente formado antes da linguagem, mas tampouco aceita indiferentemente qualquer forma que a linguagem lhe ofereça.

Entre o acontecimento e o nome ocorre uma negociação.

O processo pode ser instantâneo, corporal, quase imperceptível. Ainda assim, entre o acontecimento e o nome há aproximações e recusas. "É isso." "Não, não é." "Quase."

O quase interessa.

Não como fracasso de precisão, mas como reconhecimento de distância. Para dizer "quase", preciso ter encontrado alguma correspondência e, ao mesmo tempo, perceber que ela não coincide inteiramente. A palavra toca sem encerrar. Aquilo que no primeiro capítulo aparecia como estrutura geral do dizer reaparece agora no nascimento da própria formulação.

Antes da palavra exata, talvez existam palavras aproximativas.

E antes delas pode existir apenas uma orientação.

Volto o rosto. Alguma coisa me chamou. Ainda não sei o

que foi. Meu corpo respondeu antes que eu pudesse oferecer uma explicação. Essa precedência não precisa ser misteriosa. A percepção humana é capaz de responder a estímulos sem que cada etapa se torne consciente. O que importa filosoficamente não é descobrir um subterrâneo secreto da mente, mas reconhecer que consciência e acontecimento não começam necessariamente no mesmo instante.

A consciência chega, às vezes, a algo que já começou.

Se aquilo que me acontece pode preceder meu reconhecimento consciente, então não sou inteiramente contemporâneo de mim mesmo. Há momentos em que preciso alcançar aquilo que já me afetou.

É aí que o traço se torna necessário.

Chamamos de traço aquilo que o encontro inscreve antes que saibamos inteiramente o que encontramos. A palavra não pretende designar uma marca material escondida em algum lugar do cérebro, nem uma mensagem secreta aguardando decifração. Serve apenas para preservar uma diferença temporal: houve contato, houve efeito, e o reconhecimento veio depois.

Contato. Percepção. Traço. Efeito. Reconhecimento. Nomeação.

A sequência não é um mecanismo rígido. Serve apenas para impedir que comprimamos tudo numa única operação chamada consciência.

Um cheiro interrompe meu passo. Por um instante, não sei por quê. Depois aparece uma cozinha. Não uma cozinha abstrata: uma janela, uma mesa, talvez uma pessoa que já morreu. O cheiro não continha a lembrança como uma caixa contém um objeto. Houve uma relação entre a percepção presente e traços anteriores, e dessa relação surgiu alguma coisa.

Digo: "Lembrei da minha avó."

A frase é verdadeira. Mas ela chega depois.

Antes dela houve a interrupção do passo.

Talvez seja justamente nesse pequeno intervalo que possamos observar o pensamento antes de ele adquirir a forma pela qual normalmente o reconhecemos. Não um pensamento completo sem palavras, mas uma direção, uma perturbação, uma diferença que ainda procura

organização.

Isso ajuda a compreender por que certas experiências parecem perder alguma coisa quando tentamos nomeá-las cedo demais. Não porque sejam sagradas ou essencialmente inacessíveis à linguagem, mas porque uma palavra prematura pode estabilizar aquilo que ainda estava se formando.

Depois de uma experiência intensa, a primeira palavra disponível pode funcionar como abrigo. O perigo aparece quando confundimos o abrigo com a experiência inteira.

A linguagem pode abrir. Pode também estabilizar cedo demais.

Isso se torna especialmente visível quando a palavra chega de outra pessoa. Alguém pergunta: "Você ficou com ciúme?" A pergunta não é neutra. Ela oferece uma forma àquilo que talvez ainda estivesse procurando forma. Posso experimentá-la contra o que senti e reconhecer: sim, era isso. Posso recusá-la. Posso também aceitá-la apenas porque foi a primeira explicação disponível.

Nesse último caso, a palavra emprestada ocupa o lugar da

procura.

Não há nisso necessariamente imposição. Vivemos linguisticamente com os outros e precisamos das palavras que recebemos deles. Muitas vezes alguém nomeia aquilo que sozinhos ainda não conseguíamos distinguir, e a palavra alheia abre uma possibilidade de reconhecimento. O problema começa quando deixa de ser oferecida e passa a ser imposta.

"Você está com ciúme."

Agora já não há pergunta. Aquilo que eu ainda procurava compreender foi compreendido por outro antes de mim.

Talvez por isso escutar exija contenção. Diante de alguém que procura uma palavra, posso oferecer possibilidades sem ocupar o lugar de sua descoberta. Posso perguntar sem determinar antecipadamente a resposta. Posso esperar.

O intervalo volta.

Não como vazio entre duas frases, mas como espaço em que uma experiência ainda procura sua formulação. Há alguma coisa ali. Não sabemos ainda sob que forma poderá ser reconhecida.

"Ainda não sei."

A frase não nega o acontecimento nem inventa uma explicação. Reconhece que alguma coisa aconteceu e preserva o tempo necessário para encontrá-la.

Mas essa suspensão pertence ao conhecimento, não necessariamente ao real. O fato de eu ainda não saber o que aconteceu não significa que qualquer coisa tenha acontecido. Se ouvi uma palavra, foi aquela palavra e não outra. Se alguém saiu da sala, saiu. Se uma frase foi pronunciada, sua existência não depende da interpretação que mais tarde construirei sobre ela.

O real é inesgotável, mas não indeterminado.

Essa diferença precisa permanecer. Sem ela, o indizível poderia tornar-se uma autorização para atribuir qualquer sentido àquilo que ainda não compreendemos. A ausência de uma interpretação suficiente não torna o acontecimento amorfo. Apenas indica que minha relação com ele ainda não encontrou determinação bastante.

Antes da palavra, portanto, não encontramos um mundo sem forma. Encontramos uma relação em formação.

Alguma coisa aconteceu, alguma coisa foi percebida, talvez um traço tenha permanecido, mas aquilo que aconteceu ainda não se tornou inteiramente disponível à consciência sob uma forma que possa ser dita.

É nessa procura que a palavra começa a aproximar-se.

Às vezes chega imediatamente. Às vezes vem por vizinhanças. Uma palavra chama outra, uma comparação aproxima, uma recusa elimina um caminho. Às vezes alguém oferece a palavra que faltava. Em outras ocasiões, nenhuma das palavras disponíveis parece suficiente.

É justamente aí que surge uma tentação: chamar de indizível aquilo que ainda não conseguimos dizer.

Seria cedo demais.

Não encontrar uma palavra agora não significa que nenhuma palavra possa ser encontrada. Pode faltar vocabulário. Pode existir uma distinção que desconhecemos. Outra língua pode possuir uma expressão mais precisa. Uma metáfora pode abrir uma passagem que a formulação direta não encontrou. Amanhã talvez consigamos dizer aquilo que hoje apenas começamos a

reconhecer.

O antes da palavra não é necessariamente o fora da palavra.

É uma zona de passagem.

Nela, o real já tocou o sujeito, mas aquilo que aconteceu ainda procura uma forma de dizer. A linguagem se aproxima trazendo palavras que existiam antes dele. O sujeito as experimenta contra a experiência, aceita algumas, recusa outras, aproxima, modifica, combina.

Até que alguma coisa se forma.

Digo.

Nesse instante não ocorre apenas a tradução de uma experiência anterior. A palavra entra no acontecimento. Ao nomear, distingue. Ao distinguir, modifica aquilo que posso perceber. A experiência que chegou à linguagem já não é exatamente a experiência anterior à formulação, embora não tenha sido criada do nada pela palavra que a nomeou.

Entre o real e a palavra não há simples identidade nem separação absoluta.

Há encontro.

E a palavra que finalmente pronuncio também traz consigo uma precedência. Antes de chegar à minha boca, já foi pronunciada por outros. Possui usos, histórias, diferenças e possibilidades que não começaram em mim.

Recebo-a.

Mas recebê-la não determina inteiramente aquilo que farei com ela.

É nesse ponto que o problema muda. Já não perguntamos apenas o que existe antes da palavra. Precisamos acompanhar aquilo que acontece quando uma palavra recebida entra numa experiência singular e começa a seguir um caminho que nenhuma intenção controla inteiramente.

É aí que começa o desvio.

Título IV – O desvio

Nenhuma palavra chega até mim vazia.

Quando aprendo a dizer "casa", não recebo apenas um som associado a determinado objeto. A palavra já existia antes de mim. Foi usada para indicar um edifício, recordar uma infância, anunciar uma chegada, lamentar uma perda. Pode significar abrigo para alguém e ameaça para outro. Quando a pronuncio, não preciso conhecer essa história inteira. Ainda assim, ela não começou comigo.

Digo: casa.

A palavra funciona.

Utilizamos continuamente aquilo que não criamos. Não inventei as palavras com que penso, não estabeleci suas regras nem decidi quais diferenças minha língua aprenderia a marcar. Recebi quase tudo isso antes de possuir condições para escolher.

E, no entanto, digo "minha palavra".

Não há contradição. Aquilo que recebo pode tornar-se meu sem ter começado em mim. A língua não precisa ser criação individual para permitir uma fala singular. Há uma

estrutura recebida e há aquilo que acontece quando alguém a utiliza.

A linguagem vive nessa tensão entre herança e acontecimento.

Se as palavras fossem inteiramente minhas, talvez ninguém pudesse compreendê-las. Se fossem inteiramente dos outros, talvez eu nunca pudesse dizer nada que ainda não tivesse sido dito. Para falar, preciso repetir. Para dizer alguma coisa minha, preciso fazer alguma coisa com aquilo que repito.

Isso modifica a própria ideia de expressão. Costumamos imaginar uma experiência interior já formada e, depois, uma palavra escolhida para transportá-la para fora. Mas a palavra que utilizo já pertence a uma história que não controlo. Quando entra em minha experiência, não apenas a comunica. Também a organiza.

Digo: "Estou decepcionado."

Talvez seja exato. Mas, ao pronunciá-lo, entro numa forma de inteligibilidade que existia antes de mim. Decepção não é tristeza, raiva, frustração ou vergonha. A

língua oferece diferenças que posso aceitar, recusar ou combinar.

Ao utilizá-las, não estou apenas comunicando aquilo que senti.

Estou aprendendo a reconhecê-lo sob determinada forma.

Isso não significa que a linguagem produza sozinha a experiência. Uma palavra pode parecer inadequada precisamente porque aquilo que aconteceu não aceita qualquer nome. Mas também não podemos imaginar que a experiência permaneça intacta enquanto as palavras apenas circulam ao redor dela.

Quando encontro uma palavra, alguma coisa muda.

Às vezes há alívio: "Era isso." Elementos antes dispersos parecem reunir-se. Em outras ocasiões acontece o contrário. Pronuncio e imediatamente percebo a distância: "Não era exatamente isso."

A tentativa criou uma diferença que antes eu não conseguia perceber.

A linguagem não chegou depois do pensamento.

Entrou nele.

É por isso que o desvio não precisa ser compreendido apenas como erro. Se a linguagem fosse instrumento perfeitamente obediente de uma intenção já formada, todo afastamento seria defeito. Eu saberia exatamente aquilo que desejava dizer, escolheria os signos correspondentes e os pronunciaria. Qualquer mudança de percurso seria incapacidade ou interferência.

Mas não é assim que falamos o tempo todo.

Começo uma frase sem conhecer todas as palavras que utilizarei. Sei aproximadamente aonde quero chegar. A primeira palavra abre algumas possibilidades e elimina outras. A segunda modifica aquilo que a terceira poderá fazer. Uma metáfora introduz relações que eu talvez não houvesse antecipado. Uma palavra traz vizinhanças, ecos e ambiguidades capazes de convocar outras.

A intenção inaugura o discurso, mas não possui antecipadamente todos os caminhos que ele poderá percorrer.

Isso não transforma a linguagem num sujeito. As palavras não possuem vontade nem decidem por mim. Significa apenas que, ao utilizar uma estrutura que me precede,

introduzo em meu próprio ato possibilidades que não foram inteiramente produzidas pela intenção inicial.

Quero dizer A.

Para dizer A, encontro uma palavra.

Essa palavra toca B.

B chama minha atenção.

Sigo por alguns instantes e chego a C.

Não pretendia chegar ali.

O que aconteceu?

Talvez apenas uma associação banal. Talvez uma distração. Talvez C revele alguma relação que eu ainda não reconhecia. Não sabemos antes de examinar o percurso.

O desvio é indício, não sentença.

Essa cautela precisa permanecer. Uma palavra inesperada, uma troca de nomes ou uma associação involuntária não nos entrega automaticamente a verdade de quem fala. O intérprete que se apressa pode fechar exatamente aquilo que o desvio abriu.

O método exige demora.

O que foi dito? Em que circunstância? Que caminho levou até ali? O próprio falante reconhece alguma relação? Aquilo retorna? Produz nova inteligibilidade?

Talvez não produza nada.

Essa possibilidade é indispensável.

Um método que encontra profundidade em tudo já decidiu antecipadamente o que encontrará. Deixa de acompanhar o acontecimento e passa a utilizá-lo para confirmar sua própria expectativa. O indizível se transformaria, então, numa máquina de significação total.

Há coincidências.

Há distrações.

Há erros.

E há desvios que nos fazem parar.

A diferença não precisa estar na aparência exterior do acontecimento. Duas pessoas podem cometer o mesmo engano. Para uma delas, nada acontecerá além da correção. Para a outra, o erro abrirá uma associação capaz de reorganizar aquilo que estava dizendo.

O desvio também precisa ser encontrado.

Talvez seja por isso que algumas descobertas parecem evidentes depois que acontecem. Duas ideias estavam disponíveis havia anos. Conhecíamos ambas, talvez as tivéssemos pronunciado inúmeras vezes. Um dia aparecem juntas.

Nada novo foi necessariamente acrescentado aos termos.

Nova foi a relação.

É nesse sentido que o desvio se aproxima do encontro. A palavra existia, a memória existia, a experiência já havia acontecido. Uma passagem lateral permitiu que se tocassem.

O pensamento não avança sempre pela linha mais curta. Há percursos dirigidos, demonstrações, cálculos, sequências necessárias. Sem eles não haveria rigor. Mas há também descobertas que dependem de uma interrupção do caminho previsto.

Procuramos uma coisa e encontramos outra.

Isso acontece numa conversa comum. Tento explicar por que determinada situação me incomodou e percebo, enquanto

falo, que estou repetindo uma frase utilizada muitos anos antes em outra circunstância.

Paro.

"Eu já disse isso antes."

Agora existem duas cenas.

A atual e a antiga.

A semelhança pode ser superficial ou decisiva. Ainda não sabemos. Mas aquilo que estava separado entrou em relação.

O desvio abriu uma possibilidade de reconhecimento.

Se eu insistir apenas no destino inicialmente previsto, talvez perca essa abertura. Se abandonar o destino para seguir qualquer associação, talvez perca o pensamento. O método não consiste em obedecer ao desvio, mas em reconhecer quando ele merece uma suspensão.

Há uma disciplina do caminho e uma disciplina da interrupção.

Onde eu pretendia chegar?

O que apareceu enquanto eu chegava?

Uma pergunta não precisa eliminar a outra. Posso examinar aquilo que interrompeu meu percurso e depois retornar. Talvez descubra que o desvio era irrelevante. Talvez descubra que o próprio percurso precisa mudar.

Nesse caso, aquilo que parecia afastamento torna-se parte do caminho.

O desvio modifica também o tempo do pensamento. Interrompe a progressão, obriga a voltar, produz demora. Entre intenção e conclusão aparece um intervalo.

E alguma coisa pode acontecer nesse intervalo.

Não porque estivesse necessariamente escondida, mas porque o percurso direto não permitia encontrá-la. Toda intenção seleciona. Para pensar, falar ou agir, excluímos possibilidades. O desvio suspende por um instante essa seleção e permite que uma relação lateral apareça.

Não devemos exigir demais desse acontecimento.

Basta reconhecer que pensar não é apenas conduzir corretamente uma intenção até sua conclusão. É também poder perceber aquilo que aparece durante o percurso sem ter sido convocado por ela.

A linguagem participa dessa possibilidade porque não começa conosco. Recebemos palavras carregadas de usos anteriores e as colocamos em situações novas. Cada uso repete alguma coisa e produz alguma diferença.

Nenhuma palavra precisa ser inteiramente nova.

Nenhum dizer precisa ser inteiramente repetição.

Entre ambos acontece a fala.

É nesse espaço que uma palavra recebida pode tomar, ao passar por alguém, uma direção que ninguém havia previsto. Não porque a língua previsse alguma coisa, nem porque houvesse uma verdade secreta comandando o percurso. Apenas porque herança, experiência e situação voltaram a encontrar-se de uma maneira que ainda não existia.

O desvio acontece entre herança e uso.

Mas essa conclusão nos deixa diante de outra pergunta.

Se as palavras com que falo chegaram de outros, até onde aquilo que digo me pertence?

Quando digo "eu", utilizo uma palavra disponível a qualquer pessoa. Quando digo "amor", recebo uma palavra

atravessada por usos que não escolhi. Quando digo "sou", até a forma pela qual afirmo minha existência me foi ensinada.

Falo com palavras alheias.

E, no entanto, alguma coisa precisa acontecer com elas para que minha fala não seja apenas repetição.

Entre aquilo que recebo e aquilo que devolvo ao mundo, existe um intervalo.

É para ele que precisamos ir.

Título V – O intervalo

Entre receber uma palavra e fazê-la nossa existe um intervalo.

Ele pode ser tão breve que desapareça da percepção. Alguém pergunta, respondemos. Alguém afirma, concordamos. Uma expressão circula e começamos a utilizá-la. Quando percebemos, ela já pertence ao nosso vocabulário e talvez à maneira como compreendemos determinada experiência.

Nem sempre isso constitui um problema. Nenhum sujeito poderia reconstruir sozinho todas as palavras que utiliza, examinar cada conceito antes de empregá-lo ou verificar a origem de todas as ideias que recebeu. Aprendemos porque confiamos. Aceitamos provisoriamente coisas que ainda não temos condições de demonstrar.

A dependência precede a autonomia.

Chegamos ao mundo dependentes. Recebemos uma língua, hábitos, critérios, narrativas, proibições, maneiras de organizar o tempo e reconhecer aquilo que nos cerca. Antes de podermos escolher entre palavras, já estamos dentro delas.

A autonomia, se vier, será conquistada dentro de uma herança.

Não se trata de libertar-se de tudo aquilo que recebemos. Seria impossível fazê-lo sem utilizar, para a própria libertação, instrumentos também recebidos. Trata-se de produzir alguma distância dentro da herança, suficiente para que a repetição possa tornar-se escolha.

Essa distância é o intervalo.

Ele aparece quando uma palavra habitual deixa de parecer transparente.

"Por que digo isso?"

Talvez eu continue utilizando exatamente a mesma expressão. Mas alguma coisa mudou. Aquilo que passava diretamente da herança ao uso tornou-se visível como herança.

Agora posso mantê-lo, modificá-lo ou recusá-lo.

O intervalo não garante uma decisão melhor. A reflexão não nos torna imunes ao erro. Posso examinar cuidadosamente uma ideia e ainda assim escolher mal. Posso abandonar uma formulação recebida e substituí-la

por outra mais pobre. O intervalo introduz apenas uma possibilidade que não existia enquanto a repetição permanecia automática.

Entre aquilo que me deram e aquilo que devolvo ao mundo, alguma coisa pode acontecer comigo.

Talvez seja isso que chamamos de apropriação.

A palavra sugere posse, mas não é esse o sentido. Apropriar-se de uma ideia não significa transformá-la em propriedade exclusiva nem apagar sua origem. Significa conseguir reencontrá-la sem depender inteiramente da forma em que foi recebida.

Um aluno decora uma definição e a repete perfeitamente. Pergunto o que significa. Ele repete a definição.

Pergunto de outra maneira.

Repete.

Talvez tenha memorizado sem ainda ter se apropriado do pensamento. Não porque a memória seja inferior, mas porque a formulação recebida continua sendo o único caminho disponível. Se retiramos as palavras, a ideia desaparece com elas.

Outro aluno hesita.

"Acho que quer dizer..."

Procura um exemplo. Percebe que não funciona. Corrige. Tenta novamente. Sua resposta pode ser menos elegante e até conter imprecisões.

Mas alguma coisa está acontecendo.

O pensamento começou a sobreviver à perda da frase.

Essa sobrevivência é uma forma de apropriação. Posso abandonar temporariamente as palavras recebidas, procurar aquilo que elas me permitiram compreender e depois retornar a elas.

Não destruí a herança.

Voltei a ela diferente.

É também nesse intervalo que o desvio pode tornar-se aprendizagem. Enquanto apenas repito, o caminho está dado. Quando tento reconstruir com minhas palavras, preciso escolher, distinguir, relacionar. Posso encontrar uma dificuldade que a formulação pronta escondia. Posso chegar a uma pergunta que não existia antes de minha tentativa.

A dificuldade não prova compreensão.

Mas a ausência de dificuldade também não a prova.

Isso se torna particularmente importante quando a resposta está disponível antes que a pergunta consiga produzir procura.

Uma resposta pode chegar cedo demais.

Não importa se vem de um livro, de uma pessoa, de uma tela ou de qualquer outro lugar. O problema não está no instrumento. Está no momento em que a resposta entra.

Se encontro imediatamente uma formulação pronta e a reproduzo, talvez tenha resolvido uma necessidade sem atravessar o problema. Muitas vezes é exatamente disso que preciso. Seria absurdo exigir que cada pessoa redescobrisse tudo aquilo que outros já sabem. O conhecimento humano depende da transmissão.

Mas aprender não é apenas receber.

Há perguntas para as quais a demora faz parte da aprendizagem. Tento lembrar. Formulo uma hipótese. Percebo que não funciona. Procuro outra relação. Durante esse percurso, descubro não apenas aquilo que não sei, mas

onde não sei.

A ignorância começa a adquirir contorno.

Uma resposta recebida depois dessa procura encontra um lugar preparado para ela. A mesma resposta, recebida antes, pode simplesmente ocupar o espaço.

Por isso o intervalo não deve ser confundido com abandono. Deixar alguém indefinidamente diante de um problema que não possui meios para resolver não produz autonomia. O professor, o livro, o interlocutor e a ferramenta são necessários.

A questão é ajudar sem eliminar toda possibilidade de procura.

Talvez ensinar seja também saber quando não responder imediatamente.

Uma pergunta.

Uma tentativa.

Um erro.

Outra tentativa.

Uma pista.

E então, quando necessário, a resposta.

O intervalo foi preservado.

Nele pode aparecer algo que a resposta imediata teria eliminado. Procurando a solução, o aluno encontra uma pergunta melhor. Percebe uma contradição, relaciona o problema com algo aprendido anteriormente ou descobre que sua dificuldade estava em outro lugar.

A resposta correta poderia ter chegado antes de tudo isso.

Correção e descoberta não são a mesma coisa.

Não se trata de glorificar o erro. Erros precisam ser corrigidos. Mas há diferença entre impedir antecipadamente todo erro e corrigi-lo depois que ele se tornou visível para quem o cometeu.

Há um tempo da correção.

Esse tempo pertence ao intervalo.

Talvez a autonomia intelectual comece na capacidade de permanecer algum tempo diante daquilo que ainda não sabemos sem entregar imediatamente a outro o esforço de pensar.

Não é saber tudo sozinho.

É poder dizer:

"Ainda não sei."

O "ainda" importa.

Ele não transforma ignorância em virtude. Apenas impede que a ausência momentânea de resposta seja confundida com uma situação que precisa ser eliminada imediatamente.

Há tempo.

Posso procurar.

Essa disponibilidade para o intervalo é ameaçada também pela exigência de prontidão. Perguntam o que penso e devo saber. Surge um acontecimento e preciso ter opinião. Aparece uma questão e esperam posição. A velocidade da resposta começa a parecer prova de competência.

Mas rapidez e pensamento não coincidem.

Há quem responda depressa porque conhece profundamente um assunto. Há quem responda depressa porque ainda não percebeu sua dificuldade. Da mesma

forma, a hesitação pode indicar cuidado ou simplesmente desconhecimento.

O que importa é conservar a possibilidade de revisão.

Porque o intervalo não existe apenas antes da resposta.

Pode existir depois dela.

Digo alguma coisa. Escuto uma objeção. Volto.

"Espere. Talvez eu tenha formulado mal."

A resposta não desaparece. Perde apenas o privilégio de ser definitiva.

O pensamento respira nessa possibilidade de retorno.

Sem ela, toda palavra pronunciada precisaria ser defendida simplesmente porque já foi pronunciada. Mudar de ideia pareceria fraqueza. Corrigir-se seria derrota. A identidade passaria a depender da conservação das próprias frases.

Então já não pensamos para descobrir.

Pensamos para não precisar mudar.

Entre "eu disse" e "eu continuo dizendo" existe um intervalo.

Posso não permanecer fiel a todas as minhas frases sem deixar de ser responsável por elas. Responder pelo que digo não significa condenar-me a repeti-lo para sempre. Posso reconhecer um erro, explicar por que mudei e assumir as consequências daquilo que disse anteriormente.

A continuidade do sujeito não exige a imobilidade do discurso.

Isso nos devolve às frases recebidas. Algumas das mais resistentes talvez sejam justamente aquelas que chegaram cedo demais para serem percebidas como escolhas possíveis. Foram repetidas até deixarem de soar como afirmações.

Já não pensamos:

"Alguém me disse isso."

Pensamos:

"É assim."

O intervalo desapareceu.

Talvez anos depois alguma experiência introduza uma fissura. Encontramos outra forma de vida. Vemos alguém agir de maneira que a frase recebida dizia ser impossível. O real oferece resistência.

Então aquilo que parecia realidade volta a aparecer como frase.

Ainda não sabemos se a abandonaremos.

Mas agora podemos vê-la.

A linguagem tornou-se novamente linguagem.

Essa é uma forma discreta de liberdade, mesmo quando decidimos conservar aquilo que recebemos. Conservar depois de examinar não é exatamente o mesmo que repetir antes de perceber que havia escolha.

A autonomia não começa necessariamente com um "não".

Às vezes começa com um "por quê?".

Por que penso assim?

De onde veio essa formulação?

Ela ainda corresponde àquilo que encontro?

O que acontece se eu tentar dizê-la de outra maneira?

Essas perguntas não nos conduzem necessariamente a uma origem pura. Ao procurar aquilo que seria inteiramente meu, encontro outras palavras recebidas, pessoas, experiências, livros, gestos. Talvez não exista, sob todas essas

presenças, um núcleo completamente livre de alteridade.

Isso não destrói a possibilidade de uma voz própria.

Apenas modifica o que entendemos por própria.

Minha voz não é aquilo que resta depois que retiro todas as vozes dos outros. É a forma singular pela qual aquilo que recebi foi encontrado, recusado, transformado, combinado e devolvido.

Uma voz pode ser própria sem ser originária.

Nesse sentido, falar é também responder.

Mesmo quando ninguém me fez uma pergunta, falo numa língua recebida, dentro de formas que me precederam, diante de interlocutores reais ou imaginados. Certas palavras existem porque outras já foram ditas. Certas recusas só fazem sentido porque havia alguma coisa a recusar.

O Outro participa da possibilidade de minha fala antes mesmo de aparecer diante de mim.

E aqui o intervalo encontra seu limite.

Posso examinar, modificar e recusar palavras recebidas.

Não posso reconstruir sozinho todas as condições que tornaram possível meu próprio dizer.

A autonomia não elimina a dívida com aquilo que veio antes.

Talvez comece justamente quando deixamos de confundir dívida com submissão.

Receber não é obedecer.

Herdar não é repetir.

Aprender não é tornar-se cópia.

Mas também não existe fala humana inteiramente sem empréstimo.

O problema, então, não é purificar minha linguagem da presença do Outro. É reconhecer essa presença sem permitir que ela ocupe inteiramente o lugar de minha própria palavra.

Porque há momentos em que a palavra emprestada nos permite falar.

E há outros em que ela fala em nosso lugar.

Título VI – A palavra emprestada

A diferença nem sempre é fácil de perceber.

Alguém me pergunta por que escolhi determinado caminho. Respondo com uma frase que ouvi muitas vezes:

"Era o que precisava ser feito."

A resposta pode ser verdadeira. Talvez eu tenha examinado alternativas e chegado precisamente a essa conclusão. Mas também pode acontecer que a frase esteja pronta demais. Ela aparece antes que eu precise descobrir o que realmente penso.

Palavras emprestadas possuem essa vantagem: já vêm organizadas.

Recebemos não apenas palavras, mas formas de compreender aquilo que aconteceu. "Foi melhor assim." "O tempo cura." "Eu fiz o que pude." Nenhuma dessas frases é necessariamente falsa.

O problema não está nelas.

Está na relação que estabelecemos com elas.

Uma frase verdadeira pode funcionar como esconderijo.

Sua correção geral pode dispensar o exame da experiência particular. O tempo pode modificar uma dor, mas essa afirmação ainda não diz o que determinada perda fez comigo. Posso ter feito o que pude e ainda precisar perguntar o que fiz.

A frase encerra quando chega antes da investigação.

Talvez seja por isso que algumas respostas incomodem mesmo quando não encontramos nelas erro algum. Contamos alguma coisa difícil e alguém oferece imediatamente uma formulação conhecida. Não houve falsidade.

Houve antecipação.

A palavra do outro chegou ao lugar onde nossa própria experiência ainda procurava forma.

Mas às vezes precisamos justamente dessa palavra.

Uma pessoa pode atravessar durante anos uma experiência que não consegue nomear. Então encontra um conceito, uma descrição, uma frase pronunciada por alguém e reconhece:

"Era isso."

Nesse caso, a palavra emprestada não substituiu a experiência. Tornou visível uma diferença que antes não conseguíamos formular.

Há palavras que nos devolvem a nós mesmos.

Não poderíamos inventar individualmente toda a linguagem necessária para compreender aquilo que vivemos. Recebemos dos outros distinções que ampliam nossa percepção. Descobrimos que experiências aparentemente iguais podem receber nomes diferentes. Percebemos que aquilo que julgávamos exclusivamente nosso já foi vivido, pensado e dito por outros.

Uma palavra compartilhada pode diminuir a solidão.

Mas justamente porque possui essa potência, pode produzir também o movimento contrário.

Posso reconhecer-me nela depressa demais.

Uma descrição parece corresponder a alguns aspectos de minha experiência e, pouco a pouco, começo a reorganizar aquilo que vivi para caber nela. Vejo o que confirma o nome. Desconsidero aquilo que resiste. Reconto acontecimentos anteriores sob a nova categoria.

A palavra que deveria ampliar a percepção começa a selecioná-la.

O que era possibilidade transforma-se em molde.

E não é necessário que alguém me imponha esse molde. Posso aderir a ele espontaneamente. Posso preferir uma explicação porque ela elimina ambiguidades que me incomodam.

A certeza também seduz.

Por isso a pergunta decisiva não é apenas:

"De quem recebi esta palavra?"

É também:

"O que acontece com minha experiência quando passo a dizê-la dessa maneira?"

A palavra me permite perceber mais?

Produz diferenças que antes eu não via?

Suporta correções?

Posso modificá-la se o real resistir?

Ou comecei a proteger a palavra contra aquilo que

encontro?

Enquanto uma formulação permanece instrumento de compreensão, o real pode modificá-la. Quando se transforma em identidade a ser defendida, a relação se inverte.

Já não pergunto se a palavra ainda corresponde à experiência.

Procuro fazer a experiência continuar cabendo na palavra.

É assim que uma formulação pode tornar-se prisão sem deixar de parecer libertação. Ela oferece coerência, pertencimento, reconhecimento. Outras pessoas utilizam a mesma linguagem. Encontramos uma comunidade de sentido.

Isso pode ser profundamente valioso.

Mas toda linguagem compartilhada também distribui possibilidades. Certas coisas tornam-se fáceis de dizer; outras, difíceis. Algumas perguntas parecem naturais; outras começam a soar estranhas.

Uma linguagem abre um mundo e, ao abri-lo, desenha caminhos dentro dele.

Não existe necessariamente violência nisso. Toda língua, disciplina ou tradição faz seleções. Aprender modifica aquilo que conseguimos perceber. Novas distinções tornam visíveis diferenças que antes não estavam disponíveis.

O problema começa quando esquecemos que aprendemos a olhar.

A perspectiva adquirida passa a apresentar-se como o próprio real.

Talvez o Método do Indizível precise desconfiar especialmente das palavras que se tornam transparentes demais. Não para abandoná-las, mas para devolvê-las, de vez em quando, à condição de palavras.

Digo:

"Amor."

Conheço a palavra. Posso oferecer definições, exemplos, distinções. Justamente por conhecê-la, porém, posso deixar de perceber quanto ela reúne.

Então pergunto novamente:

"Quando você diz que ama, o que está dizendo?"

Agora a palavra compartilhada precisa atravessar uma experiência singular.

Talvez a resposta venha imediatamente. Talvez haja hesitação. Talvez a pessoa descubra que sua definição não corresponde inteiramente ao modo como vive. Talvez encontre uma contradição. Talvez confirme aquilo que já sabia.

O importante é que a palavra voltou a ser atravessável.

Não foi tratada como ponto final.

Talvez apropriar-se de uma palavra signifique poder atravessá-la nos dois sentidos: partir dela em direção à experiência e retornar da experiência para modificá-la.

Se parto apenas da palavra, corro o risco de procurar no real exemplos do conceito.

Se parto apenas da experiência e recuso toda palavra comum, caminho para uma linguagem privada que ninguém poderia compartilhar.

Falar exige circulação.

É nessa circulação que a palavra pode tornar-se nossa sem deixar de ser comum.

Duas pessoas podem dizer "casa" e compreender-se. A palavra possui uma região compartilhada sem a qual a conversa seria impossível. Mas a história de cada uma acrescenta tonalidades que não estão contidas no dicionário.

A palavra é comum.

O encontro com ela, não.

É por isso que reconhecer uma palavra não significa conhecer a experiência de quem a pronuncia.

Alguém diz:

"Tenho medo."

Sei o que medo significa.

Ainda não sei o que aquela pessoa está vivendo.

O conceito permite aproximar.

A escuta impede que a aproximação se transforme em posse.

Aqui a palavra emprestada começa a adquirir uma dimensão ética. Posso oferecer ao Outro uma palavra sem exigir que ele se reconheça nela.

"Talvez seja raiva."

Há uma distância enorme entre essa frase e:

"É raiva."

"Talvez" oferece.

"É" pode tomar.

Isso não significa que toda afirmação sobre o Outro seja indevida. Podemos perceber coisas que alguém não percebe em si mesmo. Podemos reconhecer contradições, padrões, consequências. O sujeito não possui conhecimento infalível sobre tudo aquilo que lhe acontece.

Mas sua opacidade para si mesmo não transfere automaticamente a outro a propriedade de sua experiência.

O fato de eu não me conhecer inteiramente não significa que você possa conhecer-me no meu lugar.

Essa diferença torna delicadas todas as situações em que alguém possui mais palavras, mais experiência ou instrumentos conceituais mais precisos para compreender aquilo que outra pessoa vive. Quem nomeia pode acertar. Pode até produzir um reconhecimento decisivo.

Mas existe uma tentação:

confundir capacidade de formular com propriedade da experiência.

Quem possui mais palavras não possui mais realidade.

Possui mais possibilidades de determiná-la.

Uma teoria pode revelar estruturas que eu desconhecia em minha própria experiência. Ainda assim, não vive essa experiência por mim.

A palavra do outro pode iluminar aquilo que vivo sem se tornar dona daquilo que vivo.

É nesse ponto que escutar deixa de significar apenas receber informações. Escutar é também permitir que a fala do Outro modifique as categorias com que eu pretendia compreendê-lo.

Se já sei antecipadamente aquilo que ele dirá, talvez não esteja escutando.

Estou classificando.

Classificar pode ser necessário. Conhecer exige diferenças, conceitos, critérios. O problema não está na determinação.

Está na totalização.

Uma determinação verdadeira não adquire, por ser verdadeira, o direito de transformar-se na totalidade daquilo que determina.

Voltamos ao princípio.

A palavra toca o real. Só não o encerra.

Agora, porém, o princípio aparece dentro da linguagem compartilhada. A palavra recebida do Outro pode ser compreendida, repetida e incorporada sem que eu tenha terminado de descobrir aquilo que ela se tornará ao atravessar minha experiência.

Isso vale até para as palavras que mais admiramos.

Uma frase pode acompanhar alguém durante décadas. Primeiro é repetida. Depois compreendida. Mais tarde, uma experiência modifica sua leitura. A frase permanece materialmente a mesma e, no entanto, já não ocupa o mesmo lugar naquele que a lê.

Não precisamos escolher entre fidelidade e transformação.

Talvez uma forma profunda de fidelidade seja permitir que uma palavra continue sendo encontrada.

A palavra emprestada torna-se, então, passagem.

Veio de alguém.

Atravessa-me.

Segue para outro.

Quando a pronuncio, talvez já tenha sido modificada pelo caminho. Aquele que a receber fará com ela alguma coisa que não controlo.

Nenhuma palavra permanece inteiramente onde foi colocada.

Depois de pronunciada, entra numa história que já não pertence apenas a quem a disse. Pode ser compreendida de outra maneira, lembrada fora do contexto, esquecida, retomada, transformada.

Há uma perda de controle própria do dizer.

É justamente por isso que falar exige responsabilidade.

Não porque possamos prever tudo aquilo que nossas palavras produzirão, mas porque não podemos. A impossibilidade de controlar todos os efeitos não elimina a responsabilidade pelo ato de colocar uma palavra no mundo.

Responsabilidade não é domínio.

Posso responder pelo que digo sem possuir o futuro daquilo que disse.

Mas existe uma situação ainda mais delicada.

Até aqui tratamos principalmente da palavra que recebo e incorporo. Há momentos, porém, em que alguém fala por outra pessoa de maneira mais direta. Completa sua frase. Interpreta seu silêncio. Explica sua intenção. Representa sua posição.

Às vezes isso é necessário. A vida comum contém situações em que dependemos de mediação, representação ou ajuda para que nossa posição seja compreendida.

Mas o gesto contém um risco.

Quem empresta palavras pode acabar emprestando também uma vontade.

"Ele quis dizer..."

"Ela pensa..."

"Eu sei o que ele gostaria..."

Talvez saiba.

Talvez não.

Entre essas duas possibilidades existe uma fronteira.

De um lado, a palavra oferecida.

Do outro, a palavra tomada.

E talvez a única maneira de não atravessar essa fronteira cedo demais seja conservar uma potência que até agora apareceu apenas lateralmente: a possibilidade de ter a palavra e não a pronunciar.

A possibilidade de calar.

Título VII – A potência de calar

Há uma diferença entre não ter palavra e não entregar a palavra.

Uma pessoa pode permanecer em silêncio porque ainda não encontrou o que dizer, porque teme, porque foi intimidada ou porque lhe retiraram as condições de falar. Nesse caso, o silêncio pode ser justamente sinal de uma potência diminuída.

Mas há outro silêncio.

Tenho a palavra.

Posso pronunciá-la.

E não pronuncio.

Exteriormente, os dois silêncios podem parecer iguais. A diferença está na possibilidade.

Posso falar?

Se posso, resta outra pergunta:

Quero?

Entre essas duas perguntas existe uma forma discreta de liberdade. Conheço aproximadamente aquilo que poderia

dizer, talvez até aquilo que minha palavra produziria, e ainda posso conservá-la.

Calar-se livremente não é perder a palavra.

É conservar a palavra como possibilidade.

Isso exige rever uma ideia habitual. Tendemos a imaginar que a potência de falar só se realiza plenamente quando a palavra é pronunciada, como se o silêncio fosse apenas uma ausência de realização. Mas talvez uma potência só pertença verdadeiramente a alguém quando também pode não ser atualizada.

Se toda palavra possível precisasse ser dita, não possuiríamos a linguagem.

Seríamos possuídos por ela.

A situação parece extrema, mas suas formas menores são comuns. Uma provocação recebe resposta antes que consigamos decidir se desejamos responder. Uma informação chega e imediatamente a transmitimos. Surge uma opinião e parece necessário torná-la pública. Alguém pergunta e o simples fato da pergunta passa a funcionar como obrigação de resposta.

O intervalo desaparece.

Talvez por isso a frase "prefiro não responder" seja mais complexa do que um silêncio puro. Ela utiliza a linguagem para estabelecer um limite à própria linguagem.

"Prefiro não responder."

A frase diz alguma coisa e preserva aquilo que não dirá.

Não precisa revelar o conteúdo da resposta retida. Nem necessariamente justificar a reserva. Apenas torna explícito que existe uma fronteira.

Então o interlocutor pergunta:

"Por quê?"

A fronteira foi deslocada.

Já não se exige a resposta inicial, mas a razão de não a fornecer. À primeira vista, parece uma pergunta menor. Mas talvez a razão pertença exatamente àquilo que desejo preservar.

Se toda recusa precisasse ser justificada até satisfazer quem pergunta, meu direito de calar dependeria da aprovação daquele diante de quem pretendo exercê-lo.

A reserva deixaria de ser minha.

Isso não transforma o silêncio em privilégio absoluto.

Há situações em que devemos respostas. Relações, compromissos e responsabilidades podem criar deveres de explicação. Quem age e afeta outra pessoa talvez precise responder pelo que fez. Quem assume determinada função não pode transformar toda informação pertinente a ela em matéria de reserva.

A potência de calar não elimina a responsabilidade.

Mas a responsabilidade também não transforma toda interioridade em propriedade pública.

Entre esses extremos existe uma fronteira que não pode ser decidida apenas pela fórmula "tenho direito de calar" ou "você tem direito de saber".

É preciso perguntar:

O que está sendo exigido?

Por quem?

Em virtude de qual relação?

Com quais consequências?

Aqui a ética começa a complicar a simples potência.

"Posso calar?"

Talvez.

"Devo?"

É outra pergunta.

Posso possuir uma informação cuja revelação prejudicará alguém. O silêncio pode protegê-lo. Posso também ocultar algo que faria outra pessoa decidir de maneira diferente. O mesmo silêncio pode então participar de um engano.

Não dizer não constitui, sozinho, uma categoria moral.

É possível produzir uma conclusão falsa utilizando apenas afirmações verdadeiras e omissões calculadas.

A ausência de mentira literal não garante honestidade.

Da mesma forma, honestidade não exige dizer tudo.

O silêncio pode ser prudência, medo, respeito, manipulação, cuidado, crueldade, proteção ou indiferença. Pode preservar a dignidade do Outro ou explorar sua ignorância.

Não há pureza no silêncio.

O Método do Indizível não é uma filosofia do silêncio contra a palavra. Isso apenas inverteria a hierarquia: depois de exigir que tudo fosse dito, passaríamos a imaginar que aquilo que não é dito é sempre mais profundo.

Não é.

Há silêncios vazios e palavras necessárias.

Há silêncios covardes e palavras corajosas.

Há palavras invasivas e silêncios generosos.

Nem falar é liberdade por si só.

Nem calar é liberdade por si só.

A liberdade aparece na possibilidade de relação com ambos.

Mesmo isso precisa ser dito com cuidado. Não decidimos a partir de um lugar absolutamente transparente. Posso acreditar que me calo por prudência e descobrir depois que havia medo. Posso dizer que evitei uma resposta para não ferir alguém quando talvez estivesse também evitando uma conversa difícil.

A decisão pode ser minha sem que eu conheça todas as forças que participaram dela.

A liberdade não exige que eu seja causa absoluta de mim mesmo.

Exige alguma possibilidade de não coincidir imediatamente com aquilo que me atravessa.

Posso perceber o impulso de responder e não o seguir. Posso reconhecer o medo e ainda assim falar. Posso perceber que meu silêncio está ferindo alguém e reconsiderá-lo.

Outra vez encontramos o intervalo.

Entre impulso e palavra.

Entre pergunta e resposta.

Entre aquilo que sei e aquilo que entregarei ao Outro.

É nesse intervalo que a reserva se torna possível.

Mas nem sempre aquilo que reservamos é uma informação pronta. Posso conservar uma lembrança, uma opinião, um desejo, uma dúvida. Posso simplesmente não querer transformar em linguagem pública alguma coisa que ainda não adquiriu forma suficiente nem para mim.

Talvez exista um direito difícil de reconhecer:

o direito de não estar pronto para ser compreendido.

Vivemos cercados por pedidos de legibilidade.

Quem é você?

O que pensa?

O que sente?

Por que fez isso?

O que deseja?

As perguntas pertencem às relações. Tornamo-nos próximos porque nos tornamos parcialmente legíveis uns para os outros.

Parcialmente.

Se toda relação exigisse transparência completa, a intimidade se aproximaria da inspeção.

Há diferença entre desejar conhecer alguém e exigir que nada nessa pessoa permaneça fora de nosso alcance.

Nem tudo aquilo que desconheço do Outro está sendo escondido de mim.

O segredo supõe, em geral, um conteúdo determinado: alguém sabe e decide não contar. Mas há regiões da experiência que ainda não possuem essa forma. Pensamentos incompletos, afetos contraditórios, lembranças sem organização, razões que ainda não foram reconhecidas.

Pergunto:

"Por que você fez isso?"

A resposta vem:

"Não sei."

Pode ser evasão.

Pode ser verdade.

Exigir uma explicação quando ela ainda não existe pode produzir apenas uma explicação fabricada para satisfazer a exigência.

A palavra chega porque foi exigida.

Não porque foi encontrada.

Talvez algumas narrativas demasiado coerentes sobre nós mesmos tenham começado assim: respostas dadas cedo

demais e depois repetidas até adquirirem aparência de certeza.

Isso não torna suspeita toda narrativa sobre si. Precisamos narrar para organizar a experiência. O problema começa quando confundimos a narrativa com a totalidade daquilo que ela organiza.

Digo quem sou.

A frase pode ser verdadeira.

Eu permaneço.

A mesma estrutura retorna.

Não sou inteiramente transparente para o Outro porque também não sou inteiramente transparente para mim. E mesmo aquilo que conheço de mim não precisa estar integralmente disponível a outra pessoa.

Há duas fronteiras distintas.

Uma pertence ao conhecimento.

Outra, à decisão.

Não sei tudo aquilo que sou.

E não preciso dizer tudo aquilo que sei.

A potência de calar adquire então sua dimensão ética mais importante. Não está apenas em meu direito de conservar uma palavra.

Está também em reconhecer que o Outro possui esse direito.

Posso querer saber e não perguntar.

Posso perguntar e aceitar uma recusa.

Posso receber uma resposta sem exigir a seguinte.

Posso perceber uma hesitação sem preenchê-la imediatamente com minha interpretação.

A contenção que antes exercíamos sobre nossa própria palavra dirige-se agora à vontade de conhecer.

Nem tudo aquilo que posso perguntar precisa ser perguntado.

Escutar começa também aí.

Não consiste apenas em permanecer quieto enquanto o Outro fala. É permitir que ele determine, ao menos em parte, aquilo que oferecerá à relação.

Isso não elimina o conflito. Pessoas escondem, manipulam e mentem. Há silêncios que precisam ser confrontados.

Respeitar a alteridade não significa aceitar passivamente qualquer reserva.

Significa apenas reconhecer que minha necessidade de compreensão não constitui, por si só, um direito ilimitado de acesso.

O desejo de saber não é o direito de saber.

Essa distinção toca diretamente o que viemos chamando de indizível. Se nenhuma determinação esgota o real, também o Outro não pode ser reduzido ao conjunto das informações que consigo obter sobre ele.

Posso aproximar-me sem possuir.

Posso conhecer sem terminar.

Posso amar sem tornar transparente.

Começamos com uma palavra que poderia ser pronunciada e permaneceu em potência. Agora percebemos que sua retenção estabelece também um limite para quem escuta.

Diante do silêncio do Outro, alguma coisa me é recusada.

Mas o Outro não se reduz àquilo que me oferece.

Talvez seja justamente por isso que permanece Outro.

Não porque seja absolutamente inacessível. Se fosse, nenhuma relação seria possível. O Outro fala, responde, promete, toca, conta sua história. Posso conhecê-lo profundamente. Em algum aspecto, posso até perceber nele alguma coisa que ele próprio ainda não percebeu.

Ainda assim, meu conhecimento dele não é ele.

A diferença parece simples.

Torna-se difícil quando o vínculo se aprofunda.

Quanto mais conhecemos alguém, maior pode ser a tentação de antecipá-lo.

"Eu sei o que você vai dizer."

"Você sempre faz isso."

"Eu conheço você."

Talvez conheça.

Mas, quando o conhecimento deixa de admitir surpresa, o encontro começa a desaparecer.

O Outro chega até mim já interpretado.

Seu passado responde antes dele.

Sua palavra é escutada dentro daquilo que eu esperava ouvir.

É nesse ponto que a potência de calar conduz a uma questão maior. Não basta respeitar aquilo que o Outro decide não dizer. É preciso perguntar se consigo encontrar também aquilo que ele diz sem concluir, a partir disso, quem ele é de uma vez por todas.

Conhecer alguém sem terminá-lo.

Talvez seja essa a dificuldade do Outro.

Título VIII – O Outro

"Eu conheço você."

A frase pode ser verdadeira.

O problema começa quando, quase sem perceber, acrescentamos outra:

"Por isso sei quem você é."

A passagem parece pequena, mas muda tudo. Conhecer alguém não é o mesmo que possuir uma definição capaz de antecipar aquilo que essa pessoa ainda poderá ser. Quando o conhecimento se transforma em conclusão, o passado começa a ocupar o futuro.

Isso acontece de maneiras discretas. Alguém reagiu várias vezes com irritação e esperamos que reaja novamente. Evitamos um assunto porque sabemos que "não gosta dessas coisas". Interpretamos um silêncio a partir de silêncios anteriores.

Às vezes acertamos.

A convivência produz conhecimento justamente porque há continuidades. Seria impossível viver com alguém se cada

encontro começasse do zero. A confiança depende de alguma estabilidade. Uma promessa significa alguma coisa porque supomos continuidade entre aquele que prometeu ontem e aquele que deverá responder amanhã.

O Outro não é pura novidade.

Mas também não é apenas continuidade.

A dificuldade está em sustentar as duas coisas.

Conheço o suficiente para reconhecer.

Não conheço a ponto de tornar desnecessário o encontro.

A pessoa diante de mim possui história, hábitos, compromissos, maneiras de reagir. Nada disso desaparece porque ainda pode surpreender.

E a surpresa não exige incoerência.

Alguém pode fazer alguma coisa que jamais esperávamos e, depois que acontece, percebemos sinais antigos que agora adquirem outro sentido. O novo não destruiu necessariamente o passado.

Permitiu relê-lo.

Talvez seja essa uma forma mais exigente de

reencontrabilidade.

Uma pessoa é reencontrável quando aquilo que sei sobre ela não torna supérflua sua presença.

Posso guardar fotografias, mensagens, lembranças. Posso saber o que pensa sobre muitos assuntos, conhecer seus hábitos, antecipar algumas respostas.

Nada disso substitui inteiramente o acontecimento de encontrá-la outra vez.

Porque ela pode responder.

Essa possibilidade modifica radicalmente a relação.

Uma árvore resiste às minhas determinações, mas não me pergunta por que a descrevi daquela maneira. Uma obra pode contrariar minha interpretação, mas não decide contestá-la.

O Outro pode ouvir aquilo que digo sobre ele e responder:

"Não."

Minha interpretação encontrou uma resistência com voz.

"Você está triste."

"Não estou."

Talvez eu acredite que ele se engana. Talvez possua motivos para pensar assim. Mas a resposta altera a situação.

Já não estou apenas diante de algo que interpreto.

Estou diante de alguém capaz de interpretar minha interpretação.

O olhar torna-se recíproco.

Vejo e sou visto.

Pergunto e posso ser interrogado pela própria pergunta.

Nomeio e posso ser obrigado a responder pelo nome que atribuí.

A relação deixa de possuir uma única direção.

Talvez a ética comece exatamente aqui, não como um conjunto de regras acrescentadas posteriormente ao conhecimento, mas como uma transformação da própria situação de conhecer.

Diante do Outro, aquilo que digo sobre ele também pode acontecer a ele.

Uma descrição não apenas registra.

Pode participar daquilo que descreve.

Alguém ouve durante anos que é frágil, difícil, brilhante, desatento, egoísta, generoso. Nenhum desses nomes precisa ser inteiramente falso. Mas, quando repetidos, podem começar a organizar não apenas o modo como outros veem aquela pessoa, mas também aquilo que passam a esperar dela.

A descrição entra na realidade descrita.

Uma pessoa pode resistir ao nome que recebe, incorporá-lo, sofrer com ele, utilizá-lo para compreender-se ou passar anos tentando escapar dele.

Por isso, diante do Outro, a precisão não basta.

Posso dizer algo verdadeiro de maneira injusta.

Posso revelar um fato correto num momento em que sua revelação serve apenas para humilhar.

Posso transformar uma característica real numa definição total.

A verdade não esgota a responsabilidade.

Isso não significa evitar julgamentos.

Há atos que precisam ser nomeados. Alguém pode mentir,

ferir, abandonar um compromisso. Reconhecer que a pessoa permanece além do ato não exige negar aquilo que fez.

Não totalizar não é absolver.

Talvez seja justamente o contrário.

Só posso responsabilizar alguém se conservar a diferença entre aquele que agiu e o ato pelo qual responde. Se transformo a pessoa inteiramente em seu erro, elimino o espaço de onde ela poderia responder por ele.

"Você mentiu."

"Você é um mentiroso."

As duas frases não realizam exatamente a mesma operação.

A primeira determina um acontecimento.

A segunda tende a converter um acontecimento, ou mesmo uma repetição, em essência.

Às vezes uma descrição de padrão é necessária. Posso reconhecer recorrência, proteger-me, afastar-me, estabelecer limites.

Nada disso exige que eu possua a totalidade daquele que

julguei.

O Método do Indizível não pede suspensão de julgamento.

Pede precisão sobre seu alcance.

Meu conhecimento do Outro não é o Outro.

Talvez essa seja a formulação mais simples.

Posso conhecer profundamente alguém e ainda precisar ouvi-lo.

Posso prever uma resposta e ainda permitir que responda.

Posso reconhecer um padrão sem declarar impossível que alguma coisa nova aconteça.

Não porque exista nele uma região misteriosa que nenhuma palavra alcança.

Porque continua vivendo.

Enquanto vive, pode agir.

Enquanto age, pode produzir alguma coisa que meu conhecimento anterior não continha.

A abertura não precisa ser infinita para ser real. Uma pessoa tem corpo, história, circunstâncias, limites. Seu

tempo não é ilimitado. Suas possibilidades também não.

Mas enquanto alguma possibilidade permanece, a conclusão total chega cedo demais.

Talvez seja isso que um rosto torne imediatamente visível.

Vejo alguém.

Reconheço expressão, idade aproximada, marcas, semelhanças. Posso descrever aquilo que vejo.

Mas, quando aquele rosto me olha, a situação muda.

Aquele que observo ocupa também uma posição diante de mim.

Não preciso transformar isso em mistério. Basta conservar o acontecimento elementar:

alguém está ali, e minha presença também lhe acontece.

O encontro é recíproco sem ser necessariamente simétrico.

Posso conhecer alguma coisa sobre o Outro que ele desconhece. Ele pode perceber em mim aquilo que não percebo. Um de nós pode possuir mais poder, informação ou liberdade em determinada situação.

Reciprocidade não significa igualdade de condições.

Significa apenas que nenhum dos dois é inteiramente exterior ao acontecimento.

Quando falo com alguém, não deposito palavras num recipiente.

Há resposta possível.

E mesmo quando a resposta não vem, há presença.

É justamente por isso que o silêncio do Outro se torna tão difícil.

Se ele fala, posso relacionar-me com aquilo que diz.

Se permanece calado, cresce a tentação de completar.

"Ele deve estar pensando..."

"Ela ficou em silêncio porque..."

A mente preenche lacunas.

Às vezes precisamos inferir. A convivência seria impossível sem hipóteses sobre aquilo que os outros sentem ou pretendem. Vejo alguém afastar-se depois de uma frase e suponho que se incomodou.

O problema começa quando esqueço que supus.

A hipótese transforma-se em fato.

O silêncio do Outro torna-se minha fala sobre ele.

É nesse ponto que a palavra emprestada pode transformar-se em palavra tomada.

Completo uma frase antes que ele termine. Explico a terceiros aquilo que "quis dizer". Interpreto uma hesitação e apresento minha interpretação como se fosse a própria experiência daquele que hesitou.

Talvez eu acerte.

Quanto maior a intimidade, maior pode ser minha capacidade de antecipar.

E maior também o risco de acreditar que já não preciso perguntar.

A intimidade produz conhecimento.

Mas pode produzir antecipação.

A diferença talvez esteja na permanência da pergunta.

"Foi isso que você quis dizer?"

"Entendi corretamente?"

"Quer falar sobre isso?"

Essas perguntas não eliminam minha interpretação. Apenas devolvem ao Outro a possibilidade de recusá-la.

São pequenas formas de não apropriação.

O Outro não é aquele que jamais posso compreender.

É aquele cuja possibilidade de me corrigir não deveria desaparecer apenas porque acredito tê-lo compreendido.

Isso evita também o movimento contrário: transformar a alteridade em incomunicabilidade.

Se ninguém pudesse realmente conhecer ninguém, não haveria intimidade, confiança ou história compartilhada.

O Outro não precisa ser um abismo.

Posso conhecê-lo.

Às vezes profundamente.

O que não posso fazer sem perda é transformar esse conhecimento em equivalência.

Conhecer alguém não é tornar-me essa pessoa.

Compreender sua dor não significa vivê-la exatamente

como ela.

Ouvir sua história não é possuir o acontecimento narrado.

Estar próximo não elimina a distância.

Talvez a proximidade dependa dela.

Se estivéssemos absolutamente separados, não haveria encontro.

Se coincidíssemos inteiramente, também não.

O encontro acontece porque existe proximidade sem fusão.

Isso modifica a própria ideia de intimidade.

Costumamos imaginar que nos tornamos íntimos à medida que a distância diminui. Contamos mais, mostramos aquilo que antes reservávamos, permitimos maior acesso.

É verdade.

Mas existe um ponto em que eliminar toda distância já não aprofundaria a intimidade.

Eliminaria o Outro.

Se a intimidade perfeita fosse transparência completa, a

relação estaria concluída no instante em que nada mais pudesse surpreender.

Toda reserva seria defeito.

Toda mudança, ameaça.

Toda pergunta, desnecessária.

Talvez aconteça o contrário.

Quanto mais profundamente conheço alguém, mais capaz posso tornar-me de perceber pequenas diferenças.

Conheço seu modo habitual de sorrir.

Por isso percebo que hoje sorriu de outro modo.

Conheço seu ritmo.

Por isso escuto uma pausa.

Aquilo que já sei não precisa eliminar o novo.

Pode torná-lo perceptível.

Essa talvez seja uma forma mais fértil de intimidade:

conhecer mais para concluir menos.

Diante das coisas, não encerrar era uma disciplina do conhecimento.

Diante do Outro, torna-se também uma forma de respeito.

Porque ele responde.

Porque pode mudar.

Porque pode recusar aquilo que digo sobre ele.

Porque possui uma relação consigo mesmo à qual não tenho acesso direto.

Porque até uma descrição verdadeira entra na relação que mantenho com ele.

Não encerrar significa deixar que sua presença ainda possa fazer alguma coisa com aquilo que penso saber.

O Outro permanece depois de tudo aquilo que consigo dizer sobre ele.

Não como segredo.

Como presença.

Posso ouvir sua história e ele continuará diante de mim.

Posso conhecer seus hábitos e ele ainda poderá agir.

Posso receber suas palavras e amanhã ele poderá retomá-las de outra maneira.

Posso amá-lo e ainda não o ter terminado.

É essa última possibilidade que modifica tudo.

Porque talvez seja no amor que o desejo de aproximação e a impossibilidade de posse se tornem mais intensos.

Queremos saber o que o Outro sente.

O que deseja.

O que fará.

Queremos continuidade, reconhecimento, proximidade.

Mas, se conseguíssemos eliminar completamente aquilo que ainda pode nos surpreender, talvez eliminássemos também alguma coisa essencial ao próprio encontro.

O indizível no amor não seria, então, aquilo que duas pessoas jamais conseguem dizer uma à outra.

Seria aquilo que, mesmo depois de dito, permite que ainda tenham alguma coisa a encontrar uma na outra...

Título IX – Amar sem terminar

Amar alguém parece conter um desejo contraditório.

Queremos aproximar-nos e, ao mesmo tempo, precisamos que aquele de quem nos aproximamos continue sendo alguém.

Queremos conhecer. Mas o conhecimento só conserva sentido enquanto existe diante dele uma presença que não se tornou simples objeto desse conhecimento.

No início de uma relação, essa diferença é evidente. Quase tudo ainda precisa ser descoberto. Perguntamos, observamos, escutamos histórias. Pequenos detalhes ganham importância porque ainda não sabemos quais permanecerão. Um gesto, uma preferência, uma maneira de pronunciar determinada palavra podem despertar atenção desproporcional àquilo que parecem significar.

O Outro ainda não foi antecipado.

Com o tempo, o conhecimento cresce. Sabemos como gosta do café, quais assuntos evita, o que o faz rir, como reage quando está cansado. Essa familiaridade não é inimiga do amor. Pode ser uma de suas formas mais profundas.

Há cuidado justamente porque sabemos.

Antecipamos uma necessidade. Reconhecemos uma mudança mínima. Percebemos que alguma coisa não está bem antes que seja dita.

O conhecimento aproxima.

Mas também pode começar a substituir.

"Você não vai gostar."

"Eu sabia que você faria isso."

"Nem precisa explicar."

Essas frases podem nascer de anos de convivência e estar corretas muitas vezes.

O perigo não está em acertar.

Está no momento em que o acerto anterior elimina a necessidade do encontro presente.

A pessoa já chega interpretada.

Talvez seja aí que a rotina adquira um sentido diferente do habitual. Rotina não é apenas repetição de horários, lugares ou gestos. Duas pessoas podem repetir durante décadas o mesmo café da manhã e continuar encontrando-

se. Podem também viajar, mudar de lugares, procurar continuamente novidades e já não encontrar uma à outra.

A rotina mais profunda começa quando o encontro deixa de admitir surpresa.

Não é a repetição que encerra.

É a antecipação total.

Por isso certos gestos repetidos podem permanecer vivos. Dizer "bom dia" todos os dias não precisa ser automatismo vazio. A mesma expressão pode carregar cansaço, alegria, preocupação, distração, ternura.

A frase é idêntica.

O acontecimento, não.

Quem escuta apenas a frase ouve repetição.

Quem ainda encontra percebe diferença.

Talvez amar por muito tempo dependa menos de conservar uma novidade impossível do que de não permitir que a familiaridade elimine a atenção.

O Outro não precisa tornar-se continuamente extraordinário para permanecer reencontrável.

Precisa apenas não ser inteiramente substituído pela imagem que construímos dele.

Essa imagem é inevitável. Depois de anos, carregamos uma representação da pessoa mesmo quando ela está ausente. Sabemos aproximadamente o que diria. Escolhemos alguma coisa imaginando se gostaria. Contamos uma história e antecipamos sua reação.

O Outro passa a existir também em nossa memória e imaginação.

Há ternura nisso.

Mas existe um risco.

A pessoa imaginada é mais obediente do que a pessoa real.

Ela não nos interrompe. Não muda inesperadamente de opinião. Não responde de maneira diferente daquela que previmos.

Podemos construir internamente uma versão extremamente coerente de alguém e começar a preferi-la à presença que a contradiz.

Então o encontro real produz irritação.

"Você não era assim."

Talvez não fosse.

Talvez fosse e não tivéssemos percebido.

Talvez tenha mudado.

Talvez sejamos nós que ainda estamos encontrando uma pessoa antiga.

Essa dificuldade pertence ao amor no tempo: amamos alguém que permanece e muda.

Se exigirmos apenas permanência, transformamos fidelidade em imobilidade.

Se reconhecermos apenas mudança, tornamos impossível qualquer continuidade.

Amar alguém exige encontrar continuidade dentro da transformação.

Isso não significa aceitar toda transformação.

Uma pessoa pode mudar de maneira que torne a relação impossível. Pode romper compromissos, tornar-se incompatível com aquilo que a relação exige ou simplesmente deixar de querer permanecer nela.

Reconhecer a alteridade não obriga ninguém a continuar amando, convivendo ou aceitando aquilo que o destrói.

Não terminar o Outro não significa nunca terminar uma relação.

A distinção é decisiva.

Posso reconhecer que uma pessoa me excede e ainda assim afastar-me dela. Posso admitir que não conheço todas as suas razões e mesmo assim julgar aquilo que fez. Posso terminar uma convivência sem transformar o Outro numa definição final.

"Não posso continuar com você" não precisa significar:

"Sei definitivamente quem você é."

Há relações que terminam porque alguma coisa real aconteceu e precisa ser reconhecida.

O Método do Indizível não dissolve decisões na complexidade.

Se toda ação precisasse ser suspensa porque ainda resta algo desconhecido, a inesgotabilidade se tornaria desculpa para a paralisia.

Decidimos sem totalidade.

Fazemos isso o tempo todo.

Nenhuma decisão importante espera que todo o real esteja disponível. Escolhemos com aquilo que sabemos, reconhecendo que algo permanecerá fora.

A responsabilidade não exige onisciência.

Exige responder pelo alcance de nossa decisão dentro das condições em que ela foi tomada.

Isso vale também para o amor.

Posso dizer "sim" sem conhecer tudo aquilo que viveremos.

Posso dizer "não" sem conhecer tudo aquilo que o Outro poderia tornar-se.

A abertura não impede a decisão.

Impede apenas que a decisão se transforme retroativamente em conhecimento absoluto.

Talvez por isso o fim de uma relação revele com tanta força nossa necessidade de totalizar. Queremos uma explicação capaz de reorganizar tudo o que aconteceu. Procuramos o momento em que começou a terminar, o erro decisivo, a

verdade que não vimos.

Às vezes encontramos algo real.

Uma mentira.

Uma mudança.

Uma incompatibilidade que se tornou clara.

Mas a explicação do fim pode começar a reivindicar o passado inteiro.

"Então tudo era mentira."

Nem sempre.

Uma relação pode ter sido verdadeira e terminar.

Um gesto de cuidado ocorrido anos antes não precisa tornar-se falso porque depois houve abandono.

A verdade de um acontecimento não depende necessariamente de sua permanência eterna.

O fim não possui automaticamente o direito de reescrever tudo aquilo que veio antes.

Essa talvez seja uma das dificuldades mais fortes do término: desejamos coerência retrospectiva. Se terminou

mal, procuramos o mal desde o começo. Se terminou bem, talvez suavizemos aquilo que doeu.

A memória reorganiza.

Mas o passado também resiste.

Houve aquilo que houve.

Nenhuma interpretação posterior consegue tornar inteiramente inexistente um encontro que aconteceu.

Amar sem terminar talvez inclua permitir que o passado permaneça complexo mesmo depois do fim. Não para conservar artificialmente uma relação, mas para não reduzir anos de acontecimentos à frase que melhor explica sua conclusão.

Uma história não é necessariamente seu desfecho.

Isso vale também quando a relação continua.

Duas pessoas carregam versões diferentes dos mesmos acontecimentos. Lembram uma conversa de maneiras distintas. Atribuem importância desigual a um episódio. Acreditam que uma discussão começou ou terminou em momentos diferentes.

Qual versão é verdadeira?

Às vezes é possível verificar.

Uma mensagem foi enviada em determinado momento. Uma frase foi registrada. Alguém estava ou não estava presente.

O amor não suspende os fatos.

Mas existem diferenças de experiência que não podem ser resolvidas simplesmente escolhendo um vencedor.

"Para mim, aquilo foi importante."

"Para mim, não foi."

As duas afirmações podem ser verdadeiras.

O acontecimento foi compartilhado.

A experiência dele, não necessariamente.

Talvez uma das violências mais comuns da intimidade seja exigir que o Outro confirme nossa experiência para que ela possa ser considerada real.

"Você sabe que foi assim."

Talvez não saiba.

Talvez tenha vivido de outra maneira.

Reconhecer essa diferença não significa aceitar qualquer reconstrução dos fatos.

Significa distinguir aquilo que pode ser compartilhavelmente determinado daquilo que foi vivido de maneira não idêntica.

Estávamos na mesma sala.

Não estávamos no mesmo lugar dentro do acontecimento.

A intimidade não elimina essa diferença.

Talvez a aprofunde.

Quanto mais importante alguém se torna para nós, mais intensamente suas ações entram em nossa experiência. Uma frase banal dita por um desconhecido pode não deixar marca alguma. A mesma frase, pronunciada por alguém amado, pode permanecer durante anos.

O acontecimento não está apenas nas palavras.

Está também na relação que lhes dá peso.

É por isso que amar aumenta a potência do traço.

Um gesto mínimo permanece.

Uma ausência de resposta.

Uma mão procurada e encontrada.

Uma frase dita sem perceber sua importância.

Anos depois, alguma coisa retorna.

Não porque o amor transforme tudo em símbolo, mas porque a relação reorganiza aquilo que consegue nos afetar.

O Outro adquire uma saliência própria.

E quanto maior a importância do vínculo, maior pode tornar-se a tentação de interpretar cada sinal.

"Por que você falou desse jeito?"

"Você está diferente."

"O que aconteceu?"

Às vezes percebemos corretamente uma diferença antes que o próprio Outro a reconheça. A intimidade refinou nossa atenção.

Mas essa mesma atenção pode transformar-se em vigilância.

O gesto exterior quase não muda.

O que muda é nossa relação com a incerteza.

A atenção percebe e pergunta.

A vigilância percebe e conclui.

A atenção admite:

"Posso estar errado."

A vigilância precisa saber.

Talvez amar sem terminar exija suportar alguma incerteza precisamente sobre aquele que mais queremos conhecer.

Não uma incerteza absoluta.

Confiança seria impossível se tudo permanecesse indeterminado. Precisamos saber alguma coisa do Outro: que sua palavra possui peso, que certos compromissos permanecem, que podemos depender dele em determinadas circunstâncias.

Mas confiança não é certeza total.

Se fosse, não precisaríamos confiar.

Confiamos porque existe alguma coisa que não podemos verificar a cada instante.

O Outro poderia agir de outra maneira.

A confiança não elimina essa possibilidade.

Estabelece uma relação com ela.

Entrego alguma coisa à liberdade de alguém.

Há risco.

Sem risco, talvez houvesse apenas controle.

É por isso que a tentativa de eliminar toda incerteza pode destruir aquilo que pretendia proteger. Verificar continuamente, exigir explicações para cada intervalo, transformar disponibilidade em prova permanente de afeto: quanto maior o controle, menor o espaço no qual a confiança poderia existir.

Não porque toda pergunta seja controle.

Mas porque uma relação em que nada pode permanecer momentaneamente fora do alcance começa a tratar a presença como prestação de contas.

A intimidade transforma-se em fiscalização.

Talvez o amor precise, portanto, de uma reserva.

Não de segredos utilizados contra a relação, mas de uma região em que cada sujeito continue existindo sem precisar converter tudo imediatamente em conteúdo compartilhado.

Um pensamento pode amadurecer antes de ser contado.

Uma lembrança pode permanecer privada.

Um silêncio pode não significar afastamento.

Amar não concede direito ilimitado de acesso.

O desejo de conhecer aquele que amamos é compreensível.

Talvez inevitável.

Mas desejo de saber e direito de saber continuam diferentes.

Talvez principalmente aqui.

Porque a proximidade cria facilmente a sensação de propriedade.

"Você deveria me contar tudo."

Por quê?

Há relações em que compromissos tornam determinadas informações devidas. A fidelidade a um acordo pode exigir

transparência sobre aquilo que o afeta.

Mas transformar esse dever situado numa obrigação geral de exposição é outra coisa.

Uma pessoa não deixa de possuir interioridade porque ama.

O amor não deveria exigir o desaparecimento do lugar de onde o Outro ainda pode responder como Outro.

Talvez essa seja a diferença entre união e fusão.

A união aproxima aquilo que permanece distinguível.

A fusão elimina a fronteira.

Na linguagem amorosa, a fusão pode parecer bela.

Na experiência, talvez fosse impossível.

Se duas pessoas coincidissem inteiramente, já não haveria relação. Não haveria quem encontrasse nem quem fosse encontrado.

A distância que tantas vezes lamentamos é também a condição que permite a aproximação.

Amar acontece através dela.

Posso tocar.

Não posso tornar-me o corpo tocado.

Posso ouvir.

Não posso ocupar inteiramente o lugar de onde a palavra veio.

Posso compreender.

Não posso transformar compreensão em identidade.

É essa distância que permite retorno.

Amanhã posso perguntar novamente.

Posso descobrir que aquilo que sabia mudou.

Posso ouvir uma história conhecida e perceber nela alguma coisa que antes não percebi.

Posso olhar para o mesmo rosto e encontrá-lo envelhecido.

O envelhecimento torna visível uma condição que sempre esteve presente no amor: o encontro possui tempo porque aqueles que se encontram são finitos.

Não teremos encontros ilimitados.

Um dia haverá um último.

Talvez não saibamos que é o último quando acontecer.

Uma conversa banal, uma despedida rápida, uma frase interrompida podem adquirir depois uma condição que não possuíam quando aconteceram.

Aquilo que era apenas mais um encontro torna-se irrecuperável.

Nesse ponto, a reencontrabilidade encontra seu limite.

Podemos retornar à memória, à fotografia, à voz gravada, às palavras escritas.

Podemos encontrar traços.

Mas não aquela presença.

A finitude introduz uma diferença que nenhuma filosofia do inesgotável deveria suavizar.

Há realidades que a linguagem pode significar, recordar e transformar em obra, mas não pode reparar.

Nem tudo aquilo que permanece pode ser reencontrado como presença.

Algumas coisas permanecem justamente porque aquilo que as tornava presentes terminou.

O amor conhece essa possibilidade antes mesmo do fim, porque toda presença já carrega sua finitude.

Mas existe outra forma de permanência.

Uma obra pode ser concluída por quem a fez e continuar produzindo encontros depois que o gesto de criação terminou.

Uma obra acaba.

E, às vezes, é justamente então que começa a não terminar...

Título X – A obra terminada que não termina

Há um momento em que o autor precisa parar.

A última frase foi escrita. A última pincelada foi dada. A música chegou ao silêncio previsto. Ainda seria possível alterar alguma coisa: trocar uma palavra, deslocar uma figura, mudar uma nota.

Quase sempre seria possível continuar.

Mas continuar já não significa necessariamente melhorar.

A obra exige um fim.

Sem ele, permaneceria apenas processo. O escritor poderia revisar indefinidamente o mesmo livro. O pintor jamais retiraria a tela do cavalete. O compositor encontraria sempre outra possibilidade.

Terminar é interromper deliberadamente uma potência de modificação.

"Está pronto."

A frase contém uma decisão que não pode ser demonstrada inteiramente.

Podemos justificá-la. A estrutura encontrou equilíbrio. As

partes se relacionam. Aquilo que parecia faltar já não falta. Mas nenhum desses critérios elimina a possibilidade de outra versão.

Uma obra terminada não é aquela à qual nada mais poderia ser acrescentado.

É aquela à qual o autor decidiu não acrescentar mais.

Isso não torna o fim arbitrário. Há obras interrompidas cedo demais e obras que continuam além de sua necessidade. A forma possui exigências.

O problema é que essas exigências raramente indicam um instante exato em que toda alteração posterior se torna impossível.

O fim precisa ser reconhecido.

Talvez seja uma forma particular de silêncio.

O autor poderia continuar falando pela obra e decide calar. Não porque tenha dito tudo, mas porque aquilo que fez adquiriu uma forma capaz de permanecer sem sua intervenção.

A obra separa-se.

Enquanto permanece guardada, ainda parece disponível para revisão. Mas, quando é entregue, publicada, exibida ou executada, alguma coisa muda.

Outros entram na relação.

O autor deixa de ser o único encontro possível com aquilo que fez.

Um leitor abre o livro.

Não estava presente quando a frase foi escrita. Não conhece necessariamente as hesitações, referências privadas, circunstâncias ou versões descartadas.

Encontra aquilo que chegou até ele.

E então acontece alguma coisa que o autor não pode antecipar inteiramente.

Uma frase considerada secundária torna-se decisiva para aquele leitor. Outra, cuidadosamente construída, passa despercebida. Uma passagem produz riso onde se esperava gravidade. Uma imagem desperta uma lembrança que jamais poderia ter pertencido à intenção de quem escreveu.

A obra começou a produzir encontros fora de sua origem.

Isso não significa que qualquer leitura seja igualmente sustentada por ela.

O texto resiste.

Há palavras, formas, relações, escolhas. Uma interpretação pode ignorar elementos decisivos, contradizer aquilo que está efetivamente escrito ou atribuir à obra uma estrutura que ela não possui.

A abertura não elimina a determinação.

Outra vez encontramos o mesmo problema.

Se uma obra pudesse significar qualquer coisa, não significaria propriamente nada.

Mas, se só pudesse significar aquilo que o autor conscientemente pretendeu, talvez deixássemos de precisar dela depois de conhecer sua intenção.

Bastaria perguntar:

"O que você quis dizer?"

Recebida a resposta, o poema, o quadro, o romance ou a música se tornariam redundantes.

Mas não é isso que acontece.

Podemos conhecer a intenção e retornar à obra.

Às vezes retornamos melhor.

O autor explica que determinada imagem nasceu de uma lembrança. A informação modifica nossa leitura, mas não substitui a imagem.

Sabemos agora alguma coisa sobre sua origem.

Continuamos diante dela.

A explicação acrescentou uma relação.

Não encerrou o encontro.

Talvez esse seja um critério importante: uma interpretação verdadeira não deveria tornar a obra desnecessária.

Se, depois de explicar um poema, acreditamos que já não há razão para lê-lo, talvez tenhamos confundido interpretação com substituição.

Uma interpretação verdadeira devolve-nos àquilo que interpreta.

Diz:

"Veja isto."

E voltamos.

Percebemos uma repetição que antes não havíamos notado, uma mudança de ritmo, uma relação entre o início e o fim.

O conhecimento produz novo encontro.

A crítica não precisa competir com a experiência estética.

Pode ampliá-la.

O problema aparece quando a explicação passa a apresentar-se como aquilo que a obra "realmente quer dizer" e todo o restante se transforma em superfície.

A obra torna-se embalagem de uma proposição.

Retirada a proposição, poderíamos descartar a embalagem.

Mas por que alguém escreveria centenas de páginas para transmitir aquilo que poderia ser resumido em poucas frases?

Talvez porque a obra não seja apenas um meio mais complicado de entregar uma ideia.

Sua forma pensa.

A ordem dos acontecimentos, o ritmo, as repetições, as ausências, aquilo que é mostrado e aquilo que é retardado

participam do que acontece.

Uma paráfrase pode preservar parte do conteúdo e perder justamente a experiência de atravessá-lo.

Sabemos o que acontece numa história.

Ainda assim a lemos.

Sabemos como uma música termina.

Ainda assim a escutamos novamente.

Esse "ainda assim" interessa.

Mostra que conhecer o resultado não esgota o acontecimento da obra.

Posso conhecer uma composição e ser afetado de outra maneira numa nova escuta. Posso saber quase de memória um romance e encontrar nele uma frase que parece ter surgido apenas agora.

A frase estava lá.

Eu não estava no mesmo lugar.

O reencontro modifica aquilo que pode acontecer.

Não é preciso atribuir mudança à obra. O texto permanece

materialmente igual.

Mudaram o leitor, o tempo, a situação, as experiências com que ele retorna.

A obra terminada entra numa relação que não terminou.

Talvez por isso algumas obras envelheçam sem simplesmente ficar velhas.

A distância histórica modifica suas condições de leitura. Elementos antes evidentes precisam ser reconstruídos. Outros, quase invisíveis para leitores anteriores, adquirem nova saliência.

Isso não garante permanência.

Há obras que deixam de encontrar leitores.

Outras sobrevivem apenas como documentos.

Outras reaparecem depois de longos períodos de esquecimento.

A potência não é promessa.

Uma obra pode conservar possibilidades de encontro que jamais se realizarão.

Dizer que uma obra não termina não significa afirmar

que continuará produzindo experiências para sempre.

Nada nos autoriza a prometer eternidade a um objeto finito.

O que permanece aberto é a possibilidade do encontro enquanto houver encontro.

A obra está terminada.

A relação com ela, não necessariamente.

Essa diferença permite evitar uma palavra tentadora.

Infinito.

Poderíamos dizer que uma grande obra contém infinitas interpretações. A formulação impressiona, mas talvez diga mais do que podemos sustentar.

Não precisamos de infinitas interpretações.

Basta que nenhuma interpretação verdadeira possua o direito de declarar-se equivalente à totalidade da obra.

Inesgotável é mais preciso.

A obra pode ser finita em cada aspecto material e ainda assim não se deixar substituir pela soma das interpretações que recebeu.

Um soneto possui número determinado de versos.

Uma pintura possui limites físicos.

Uma composição começa e termina.

A finitude da forma não impede a reabertura do encontro.

Talvez a torne possível.

É porque existe uma forma que podemos retornar.

Encontramos novamente aquelas palavras, aquelas notas, aquela distribuição de luz.

Se tudo mudasse continuamente, não haveria propriamente reencontro.

A permanência torna possível a diferença.

A mesma obra.

Outro encontro.

Mas a obra introduz uma particularidade.

Ela foi feita para terminar.

Alguém trabalhou para produzir uma forma e, em determinado momento, interrompeu o trabalho.

O inacabamento de nossa relação nasce de algo acabado.

O paradoxo é apenas aparente.

O autor termina o objeto e, ao fazê-lo, liberta sua potência de encontro.

Enquanto modifica continuamente a obra, ainda controla grande parte de suas possibilidades. Depois que a entrega, já não pode corrigir cada leitura, impedir cada associação ou acompanhar cada leitor.

Pode explicar.

Pode discordar.

Pode dizer:

"Não era isso."

Sua palavra importa.

Mas já não é a única palavra.

Isso não exige apagar o autor para libertar o leitor.

A intenção pode ser uma informação preciosa, às vezes indispensável. Conhecer circunstâncias de composição, escolhas formais e referências pode impedir interpretações pobres.

O erro está em transformar origem em limite absoluto.

Aquilo que uma obra consegue fazer não coincide necessariamente com tudo aquilo que seu autor sabia que estava fazendo.

Essa frase nos devolve ao desvio.

Também durante a criação, a intenção não possui antecipadamente todos os caminhos.

Um personagem pode adquirir importância imprevista. Uma imagem pode reaparecer e relacionar partes distantes do texto. Uma solução encontrada para um problema local pode revelar uma estrutura que o autor não havia planejado.

O artista encontra sua própria obra enquanto a faz.

Isso não significa que a obra possua vontade independente.

Significa apenas que criar é trabalhar com materiais que resistem e oferecem possibilidades: palavras, sons, formas, técnicas, convenções, memórias.

A intenção inicia.

O trabalho responde.

O desvio aparece.

O autor reconhece alguma coisa que não havia projetado e decide conservá-la.

Talvez criar seja também saber reconhecer o acidente fértil.

Nem todo acidente merece permanecer.

Nem toda associação inesperada melhora uma obra.

Há seleção, recusa, disciplina.

É justamente por isso que criar não pode ser reduzido à execução de um plano.

Se tudo estivesse determinado antes da primeira palavra, escrever seria apenas transcrever.

A obra surgiria completa antes de existir.

Não é assim que acontece.

Há autores que planejam muito e autores que quase não planejam. Em ambos os casos, o fazer introduz acontecimentos.

Uma frase concreta possui exigências que a ideia abstrata não possuía.

A passagem da intenção para a forma modifica aquilo que a própria intenção pode tornar-se.

A obra também desvia quem a produz.

Talvez por isso seja tão difícil terminá-la.

Quem cria aprendeu durante o trabalho que outra relação ainda pode aparecer.

Como saber quando parar se o próprio processo ensinou que ainda pode surpreender?

Não sabemos inteiramente.

Decidimos.

Terminar exige aceitar que alguma possibilidade permanecerá não realizada.

Uma cena poderia ter sido outra.

Uma palavra poderia ter sido melhor.

Uma cor poderia mudar.

A obra terminada carrega também aquilo que não foi feito.

Não como conteúdo secreto escondido dentro dela, mas como possibilidades abandonadas para que esta forma pudesse existir.

Toda forma é também renúncia.

Escolher uma frase é não escrever muitas outras.

Escolher um final é impedir que a narrativa continue.

Colocar o último ponto é produzir uma ausência deliberada de palavras depois dele.

Talvez o fim de uma obra seja uma das experiências mais claras da potência de calar.

O autor não termina porque ficou sem linguagem.

Termina quando reconhece que continuar falando já não pertence à forma que decidiu sustentar.

O silêncio final faz parte da obra.

Na música isso se torna quase literal.

O último som não contém sozinho o término.

É preciso que cesse.

Depois dele, silêncio.

Mas o silêncio não apaga aquilo que aconteceu.

Alguma coisa permanece no ouvinte.

Talvez seja esse o silêncio estético: não ausência de

experiência, mas permanência de alguma coisa depois que as palavras, as imagens ou os sons cessaram.

Fechamos um livro e demoramos a falar.

A música terminou e ninguém se move imediatamente.

Saímos de uma obra ainda atravessados por ela.

Isso não transforma todo silêncio em profundidade. Às vezes estamos apenas cansados, distraídos ou esperando.

Nem todo silêncio é significativo.

Mas existe um silêncio que nasce não da falta de experiência, e sim de seu excesso momentâneo sobre a formulação.

Algo aconteceu.

Ainda não queremos reduzi-lo à primeira frase disponível.

Talvez depois falemos.

Talvez encontremos uma interpretação.

Talvez conversemos durante horas.

Nada disso elimina o silêncio anterior.

Ele foi o intervalo em que a experiência permaneceu antes

de tornar-se comentário.

A crítica pode vir depois.

E, se for boa, talvez nos devolva novamente à obra.

Talvez até ao silêncio.

Há obras sobre as quais falamos muito porque continuam produzindo perguntas.

Outras nos acompanham sem que saibamos explicar exatamente por quê.

Uma imagem retorna anos depois.

Uma frase desloca-se para outra experiência.

Uma melodia reaparece quando já não lembrávamos que a conhecíamos.

O traço estético possui seu próprio tempo.

Não preserva a obra inteira dentro de nós.

Preserva alguma coisa de um encontro.

Por isso a lembrança pode ser inexata e ainda assim real como lembrança.

Posso atribuir uma frase ao lugar errado, misturar cenas,

esquecer detalhes. Se quero estudar a obra, preciso voltar a ela e corrigir minha memória.

Mas a incompletude da lembrança não torna inexistente aquilo que o encontro produziu em mim.

Outra vez:

verdade e totalidade não coincidem.

Talvez uma obra permaneça viva enquanto nenhuma interpretação consiga tornar desnecessário um novo encontro com ela.

Não porque esconda uma mensagem final que ainda não decifr amos.

Porque não é apenas uma mensagem esperando decifração.

É uma forma disponível para encontros.

Quando retornamos, alguma coisa pode acontecer entre aquilo que permanece nela e aquilo que já não permanece igual em nós.

Nesse sentido, o resto estético não é uma sobra que a interpretação ainda não conseguiu recolher.

É a potência que a obra conserva depois de cada

interpretação.

Digo o que vi.

A obra permanece.

Alguém diz outra coisa.

A obra permanece.

Anos depois, retorno.

Ela ainda está ali.

Mas também a obra possui matéria e tempo.

Um livro pode desaparecer.

Uma tela pode ser destruída.

Uma gravação pode perder-se.

A materialidade é finita.

E o autor, antes ou depois disso, também deixará de poder responder.

Nesse ponto, alguma coisa muda definitivamente.

Já não haverá nova obra feita por aquela mão.

Nenhuma revisão.

Nenhuma resposta posterior.

A produção termina não por decisão estética, mas porque termina a potência daquele que produzia.

A obra pode permanecer.

O autor, não.

Essa diferença nos obriga a enfrentar aquilo que até aqui esteve sempre na margem de nossos encontros.

Não apenas que tudo aquilo que encontramos pode mudar.

Mas que cada presença possui um tempo depois do qual já não haverá novo encontro com ela.

Talvez seja hora de perguntar o que a finitude faz com tudo aquilo que tentamos não terminar.

Título XI – A finitude

A primeira resposta parece contraditória:

termina.

Há coisas que terminam.

Um corpo morre. Uma conversa acontece pela última vez. Uma mão deixa de poder tocar. Depois de certos acontecimentos, determinada possibilidade simplesmente já não permanece aberta.

Podemos escolher palavras mais suaves.

Não podemos eliminar essa diferença.

A finitude não é uma falha de nossa capacidade de dizer.

É uma condição do real que dizemos.

Até aqui insistimos que nenhuma determinação verdadeira esgota aquilo que determina. A árvore permanece depois da palavra. O Outro permanece depois da descrição. A obra permanece depois da interpretação.

Seria tentador transformar essa permanência numa lei:

tudo continua.

Tudo se reabre.

Nada termina verdadeiramente.

Seria um erro.

O Método do Indizível precisa ser capaz de permanecer diante da frase "há coisas que terminam" sem corrigi-la imediatamente.

A morte talvez seja o caso mais radical porque interrompe justamente a potência que sustentava nossa recusa da conclusão.

Posso conhecer alguém durante décadas e essa pessoa ainda poderá responder amanhã. Poderá mudar de ideia, contar uma história desconhecida, surpreender-me com um gesto que nada daquilo que eu sabia havia antecipado.

Depois da morte, não.

O amanhã continua.

A resposta, não.

Essa diferença é irredutível.

Podemos descobrir cartas, fotografias, gravações. Outras pessoas podem contar histórias que desconhecíamos.

Podemos compreender retrospectivamente aspectos daquela vida que não havíamos percebido enquanto ela acontecia.

Nosso conhecimento ainda pode mudar.

Mas aquele que morreu já não participa dessa mudança.

Não pode dizer:

"Você entendeu errado."

Não pode completar a história.

Não pode produzir um novo gesto capaz de modificar aquilo que pensávamos saber.

A possibilidade de reencontro como presença terminou.

Precisamos distinguir, portanto, aquilo que permanece daquilo que terminou.

Sem essa distinção, memória corre o risco de transformar-se em sobrevivência imaginada, e traço, em presença.

O traço não é a pessoa.

A fotografia não é a pessoa.

A lembrança não é a pessoa.

A obra não é a pessoa.

Dizer isso não diminui o valor de nenhuma dessas coisas.

Talvez o preserve.

Uma fotografia pode tornar-se preciosa justamente porque não devolve aquilo que mostra. Conserva uma imagem e, ao mesmo tempo, revela a ausência daquilo que não pode restituir.

O mesmo acontece com uma voz gravada.

A entonação retorna.

O ritmo.

Uma risada.

Por alguns segundos, algo extraordinariamente próximo torna-se audível.

Mas não há resposta.

Podemos reproduzir outra vez.

Será a mesma gravação.

A presença humana possuía uma abertura que o registro não possui. A pessoa poderia interromper-se, perceber nossa reação, mudar de assunto, dizer outra coisa.

A gravação conserva um acontecimento.

Não conserva a potência daquele que o produziu.

A morte encerra a potência do sujeito.

A formulação é dura porque não oferece compensação.

Mas aquilo que tentamos compreender não precisa ser consolado antes de ser pensado.

A morte não é metáfora.

Para quem permanece, ela produz ausência, memória, reorganização, talvez obra. Mas tudo isso acontece do lado daqueles que continuam.

Aquele que morreu já não produz novos encontros.

Podemos encontrá-lo em seus traços.

Não podemos reencontrá-lo como presença.

Essa diferença talvez seja uma das fronteiras mais importantes do método.

Até aqui, reencontrabilidade significava que o real poderia novamente entrar em relação conosco. Retornávamos à árvore, ao livro, à pessoa. O novo encontro modificava o anterior sem apagá-lo.

Com a morte, uma direção se fecha.

Eu retorno.

O Outro não.

Por isso a ausência não é simples inexistência.

Não sentimos falta daquilo que nunca esteve em nossa vida da mesma maneira que sentimos falta de uma presença conhecida.

A ausência possui forma porque houve presença.

Uma cadeira vazia não contém misteriosamente aquele que costumava ocupá-la.

Sabemos quem se sentava ali.

É essa relação anterior que dá realidade à ausência.

Talvez por isso certos objetos se tornem tão difíceis depois de uma perda.

Um casaco.

Um livro marcado.

Uma xícara.

Materialmente, quase nada mudou.

Mas a posição desses objetos dentro de uma rede de relações foi alterada de maneira irreversível.

A xícara continua.

O gesto que a procurava, não.

E a permanência do objeto torna a ausência mais visível.

Há uma espécie de crueldade na continuidade do mundo.

As coisas permanecem em seus lugares.

O dia seguinte chega.

Pessoas trabalham, comem, atravessam ruas.

A realidade não assume a forma da perda de quem perdeu.

Poderíamos chamar isso de indiferença, mas talvez a palavra já atribua ao mundo uma atitude que ele não possui.

O mundo continua.

E quem foi afetado precisa existir dentro dessa continuidade.

Não há nisso necessariamente ensinamento.

A perda não precisa melhorar ninguém.

Pode apenas perder.

Também aqui é preciso resistir à tentação de produzir sentido cedo demais.

Diante da morte, frases prontas aparecem com facilidade porque o silêncio incomoda. Queremos oferecer alguma coisa a quem sofre, e as palavras chegam antes que saibamos se realmente servem.

Às vezes ajudam.

Às vezes ferem.

Nenhuma fórmula decide isso de antemão.

Dizemos:

"Ele continuará em você."

Há um sentido em que a frase pode ser verdadeira. Há hábitos aprendidos, palavras lembradas, escolhas modificadas por aquela relação. Uma pessoa pode continuar produzindo efeitos depois de sua morte.

Mas ela não continua em mim como presença.

Aquilo que permanece são traços.

Confundir as duas coisas pode transformar uma verdade delicada numa negação da perda.

A morte não é indizível por falta de palavras para dizê-la.

Dizemos muito.

Podemos descrevê-la biologicamente, juridicamente, historicamente. Podemos narrar circunstâncias, realizar ritos, escrever poemas, filosofia, biografias.

Talvez seja uma das realidades sobre as quais mais falamos.

E nenhuma quantidade de palavras converte ausência em presença.

Esse é o limite.

Não falta vocabulário.

Falta à linguagem um poder que ela nunca teve.

Posso dizer:

"Morreu."

A frase pode ser perfeitamente verdadeira.

Mas sua verdade não realiza aquilo que talvez eu desejasse

dela.

Não devolve.

Há realidades que a linguagem pode significar, mas não reparar.

Isso não diminui a linguagem.

Apenas impede que confundamos significação com restituição.

Uma palavra pode consolar.

Não restitui presença.

Uma narrativa pode preservar memória.

Não reabre a possibilidade de resposta.

Uma obra pode conservar traços durante séculos.

Não prolonga a potência de viver daquele que a produziu.

Talvez seja justamente diante da finitude que a diferença entre verdade e totalidade adquira maior gravidade.

Posso saber que alguém morreu.

Posso conhecer a causa, o momento, as circunstâncias.

Nada disso esgota aquilo que essa morte é em todas as

relações que interrompeu.

Há um fato.

E há os acontecimentos que esse fato produz nas diferentes relações.

A morte é uma.

Seus efeitos não são.

Isso não relativiza o real.

Mostra outra vez que o encontro participa daquilo que pode ser dito dele.

Uma biografia pode reunir datas, documentos, cartas, testemunhos. Quanto maior o material, mais precisa pode tornar-se a determinação.

Ainda assim, alguma coisa permanecerá fora.

Não necessariamente um segredo.

A própria experiência de ter vivido aquela vida.

Ninguém pode reconstruí-la do interior.

Nem mesmo aquele que viveu possuía acesso total a si próprio enquanto vivia.

A morte fixa certos limites.

Já não haverá novas ações do sujeito capazes de modificar aquilo que deixou.

Mas novas leituras ainda poderão modificar nossa compreensão.

A vida terminou.

Sua interpretação, talvez não.

As duas coisas não podem ser confundidas.

Dizer que alguém "continua vivo em nossa memória" pode ter força afetiva. Filosoficamente, porém, precisamos saber o que queremos dizer.

A memória continua.

A pessoa morreu.

Essa precisão não empobrece a memória.

Liberta-a de uma tarefa impossível.

Ela não precisa vencer a morte para ter valor.

Pode conservar traços.

E os traços possuem realidade própria.

Uma frase ensinada por alguém pode atravessar gerações.

Um gesto aprendido pode reaparecer no corpo de outra pessoa.

Uma decisão tomada há décadas pode continuar produzindo consequências.

A morte encerra a potência do sujeito.

Não encerra necessariamente a potência de seus traços.

Essa diferença permite falar de permanência sem convertê-la em sobrevivência pessoal.

Algo continua porque aconteceu.

Não porque aquilo que aconteceu continue acontecendo.

O passado permanece como passado.

Nossa linguagem frequentemente tenta apagar essa diferença. Dizemos que alguém "ainda está conosco", que "nunca vai embora", que "continua presente".

Talvez precisemos dessas frases.

O método não tem o direito de policiá-las.

Mas, quando pensamos, precisamos reconhecer aquilo que

dizem e aquilo que não dizem.

A presença lembrada não é presença atual.

O traço não é retorno.

A permanência não desfaz a finitude.

Talvez seja justamente isso que torna o traço tão poderoso.

Ele não substitui.

Se substituísse, não haveria perda.

Um retrato só possui a força que possui porque sabemos que é um retrato.

O mesmo acontece com a obra deixada por alguém.

Podemos abrir um livro e encontrar uma passagem que nunca havíamos lido. Há novidade para nós.

Mas não há nova escrita daquele autor.

Aquilo que descobrimos já estava materialmente disponível, ainda que não estivesse disponível à nossa consciência.

A relação se renova do nosso lado.

Essa assimetria talvez seja uma das formas mais rigorosas

de pensar o depois.

Depois da presença, ainda há encontros com traços.

Não com a presença perdida.

Talvez o luto, sem que queiramos reduzi-lo a uma fórmula, tenha alguma relação com a aprendizagem dessa diferença.

Não aprender a esquecer.

Não aprender que "tudo passa".

Muito menos substituir aquele que morreu.

Aprender que uma relação pode continuar produzindo efeitos quando já não pode continuar produzindo encontros recíprocos.

Essa aprendizagem não acontece uma única vez.

A ausência pode precisar ser reconhecida repetidamente.

Sabemos que alguém morreu e, por um instante, pensamos em contar-lhe alguma coisa.

O gesto começa.

Depois encontra o limite.

Poucas experiências mostram de maneira tão clara a diferença entre compreender uma proposição e incorporá-la.

O pensamento já sabe.

O hábito ainda procura.

A realidade precisa ser reencontrada como ausência.

Há algo quase paradoxal nisso:

reencontrar aquilo que já não pode ser reencontrado.

Mas talvez seja exatamente o que acontece.

Retorno ao lugar.

O lugar permanece.

A pessoa não.

O novo encontro é com essa diferença.

E a diferença também deixa traço.

Com o tempo, certos caminhos talvez deixem de procurar automaticamente a presença. Outros talvez nunca deixem inteiramente.

Não precisamos transformar isso numa lei.

Cada relação organiza suas ausências de maneira própria.

Para nosso problema, importa outra coisa.

A finitude impede que uma filosofia do inesgotável se transforme numa filosofia da continuidade universal.

O real é inesgotável.

Isso não significa que todas as suas formas permaneçam.

Um ser vivo termina.

Uma relação pode terminar.

Uma civilização pode desaparecer.

Uma obra pode ser destruída.

Uma memória pode perder-se.

Nada no Método do Indizível autoriza negar essas perdas.

Ao contrário.

Se o real excede aquilo que conseguimos dizer, precisamos respeitar também aquilo que nele é irreversível.

O indizível não é uma região secreta onde tudo aquilo que terminou continuaria intacto.

Não é um depósito metafísico daquilo que perdemos.

Precisamos recusar essa consolação se quisermos conservar a precisão que exigimos desde o início.

Quando algo termina, alguma coisa realmente deixa de poder acontecer.

Talvez essa seja a medida mais simples da finitude.

Mas o fato de não poder acontecer novamente não torna inexistente aquilo que aconteceu.

Há consequências.

Há memória.

Há obra.

Há transformação daqueles que permaneceram.

Há traços.

O depois começa aí.

Não como continuação da presença.

Como realidade produzida por uma presença que já não está.

Por isso a pergunta seguinte não precisa ser:

"O que vence a morte?"

Nada em nosso caminho nos autorizou a formulá-la dessa maneira.

A pergunta é mais modesta.

E talvez mais difícil:

O que acontece com aquilo que permanece depois que a presença terminou?

Título XII – Depois da presença

Permanece uma diferença.

Talvez seja melhor começar por ela antes de perguntar o que sobrevive.

Depois de uma ausência definitiva, o mundo não fica simplesmente com uma coisa a menos. Certas relações continuam organizadas em torno daquele que já não está. Lugares, objetos, hábitos e palavras permanecem, mas passam a existir de outra maneira para quem ficou.

A ausência não ocupa o lugar da presença.

Modifica aquilo que permaneceu.

Uma mesa continua sendo a mesma mesa. Mas pode haver nela um lugar que já não seja apenas um lugar. Uma música permanece materialmente a mesma composição e, depois de determinada perda, torna-se difícil de ouvir. Uma cidade conserva suas ruas e deixa de ser a mesma para quem costumava atravessá-las acompanhado.

Nada disso exige imaginar que a pessoa ausente permaneça misteriosamente nas coisas.

As coisas mudaram porque mudou nossa relação com elas.

A distinção importa.

Se dissermos que aquele que morreu continua presente em cada objeto que o recorda, voltamos a confundir traço com presença.

Mas, se dissermos que nada permanece porque a pessoa morreu, ignoramos uma realidade igualmente evidente:

certos encontros continuam produzindo efeitos quando já não podem acontecer novamente.

O depois não restitui.

Transforma.

Talvez essa seja sua forma mais elementar.

Um acontecimento termina e deixa o mundo diferente. Às vezes a diferença é mínima. Às vezes reorganiza uma vida inteira.

O que aconteceu não continua acontecendo.

Mas aquilo que aconteceu participa daquilo que poderá acontecer depois.

Há nisso uma causalidade sem presença.

A causa já não precisa estar ali para que seus efeitos permaneçam.

Uma palavra ouvida na infância pode reaparecer décadas depois. Um ensinamento modifica uma decisão tomada muito depois da morte de quem ensinou. Um gesto passa de uma pessoa a outra até que ninguém saiba onde começou.

O traço viaja.

Mas não viaja intacto.

Cada passagem o modifica.

A frase lembrada talvez não seja exatamente aquela que foi pronunciada. O gesto aprendido adapta-se a outro corpo. Uma história contada por alguém passa a ser contada por outro e muda discretamente de ritmo, ênfase, talvez de significado.

Se exigíssemos identidade perfeita para reconhecer continuidade, quase nada continuaria.

Mas, se aceitássemos qualquer transformação como continuidade, já não distinguiríamos permanecer de inventar.

Outra vez, o problema está na relação.

Há aquilo que recebemos.

Há aquilo que fazemos com o recebido.

Entre ambos, desvio.

A memória talvez seja um dos lugares mais claros desse movimento.

Costumamos imaginá-la como arquivo: acontecimentos seriam guardados e depois recuperados.

Mas recordar é mais instável.

Lembramos de maneira diferente em momentos diferentes. Um detalhe desaparece. Outro ganha importância. Uma lembrança aparentemente encerrada entra numa nova relação com o presente.

Isso não significa que a memória possa inventar livremente qualquer passado.

Há fatos.

Há documentos.

Há outras testemunhas.

Há erros que podem ser demonstrados.

A correção importa.

Posso descobrir que determinado acontecimento ocorreu em outro dia, que uma frase não foi exatamente aquela, que uma pessoa sequer estava presente.

O passado resiste.

Mas a correção factual não elimina aquilo que o acontecimento se tornou para quem o recorda.

O passado resiste e é reinterpretado.

As duas coisas precisam permanecer juntas.

Sem resistência, memória seria invenção.

Sem reinterpretação, seria reprodução.

Talvez nenhuma dessas palavras, isoladamente, descreva aquilo que realmente acontece quando recordamos.

O passado não retorna.

É encontrado a partir de outro presente.

Por isso certas lembranças mudam quando envelhecemos. Um acontecimento da infância que parecia banal adquire importância depois que compreendemos alguma coisa sobre aqueles que estavam conosco. Uma frase percebida como

severidade pode revelar medo. Outra, guardada como cuidado, pode adquirir ambiguidade.

O acontecimento não mudou.

Nossa posição diante dele, sim.

E essa nova posição contém um perigo.

Podemos acreditar que finalmente descobrimos aquilo que o passado "realmente era".

Talvez tenhamos compreendido mais.

Talvez uma relação antes invisível tenha se tornado clara.

Mas o novo conhecimento também acontece a partir de um lugar.

Não retornamos ao passado como testemunhas neutras.

Chegamos tarde.

Isso não invalida a compreensão retrospectiva.

Às vezes só depois podemos compreender alguma coisa. Certas decisões revelam seu alcance com o tempo. Certos acontecimentos produzem consequências que não estavam disponíveis no momento em que ocorreram.

O depois também conhece.

Mas conhece de outro lugar.

Talvez por isso uma ausência modifique retrospectivamente encontros anteriores.

A última conversa torna-se "a última conversa" somente depois.

Quando aconteceu, talvez fosse banal.

Nada nela anunciava necessariamente sua condição final.

Depois, cada detalhe pode adquirir peso.

"O que ele disse?"

"Como nos despedimos?"

"Eu sabia?"

A memória procura sinais de um fim que naquele momento ainda não possuía, para nós, a forma de fim.

Às vezes encontra.

Uma frase.

Um gesto.

Uma circunstância que agora parece prenúncio.

Mas o depois possui uma vantagem perigosa:

conhece o desfecho.

E o desfecho reorganiza a leitura.

Precisamos evitar que tudo aquilo que veio antes se transforme retroativamente em preparação para aquilo que veio depois.

A última conversa foi a última.

Isso é verdade.

Mas talvez não tenha sido vivida como despedida.

As duas coisas podem permanecer.

Naquele dia, era uma conversa comum.

Hoje, é também a última.

O "também" importa.

Permite que o tempo acrescente sem necessariamente substituir.

Talvez seja assim que o traço permaneça:

acumulando relações.

Uma frase foi uma frase.

Depois tornou-se lembrança.

Depois orientação.

Depois dúvida.

Depois uma história contada a outra pessoa.

Nenhum desses acontecimentos precisa revelar aquilo que a frase sempre foi.

São novos encontros com alguma coisa que permaneceu suficientemente reconhecível para continuar produzindo diferença.

O traço não é imóvel.

Se fosse, seria apenas marca.

Talvez devamos entendê-lo como uma permanência capaz de entrar em novas relações.

É por isso que algumas coisas retornam depois de longos períodos sem terem desaparecido inteiramente.

Uma lembrança não ocupava nossa consciência.

Um encontro atual a convoca.

Um cheiro.

Uma rua.

Uma palavra.

De repente, aquilo que parecia distante entra novamente no presente.

Não retornou como presença original.

Retornou como traço.

E o novo encontro modifica aquilo que retorna.

Nesse sentido, o depois não é apenas aquilo que vem cronologicamente após uma presença.

É o campo em que os efeitos dessa presença encontram acontecimentos que ela própria já não poderá encontrar.

Uma pessoa morreu.

Anos depois nasce alguém que jamais a conhecerá.

Ainda assim, pode receber seu nome, ouvir histórias sobre ela, viver numa casa que construiu, usar objetos que escolheu, sofrer ou beneficiar-se de decisões tomadas antes de seu nascimento.

Não houve encontro.

Houve transmissão.

A palavra torna-se necessária.

Transmitir não é conservar intacto.

É fazer passar.

Aquilo que passa atravessa corpos, tempos e interpretações. Pode ser preservado, deformado, recusado, esquecido, recuperado.

Às vezes sabemos que estamos transmitindo.

Outras vezes, não.

Uma maneira de tratar alguém atravessa gerações sem que ninguém conheça sua origem.

Uma frase familiar continua sendo repetida.

Um medo encontra novas razões.

Uma delicadeza também.

O passado entra no presente sem apresentar sempre suas credenciais.

Voltamos à palavra emprestada.

Agora, porém, sua origem pode estar ausente.

Falo e não sei de quem recebi.

Talvez ninguém saiba.

A linguagem inteira possui algo dessa estrutura. Utilizamos palavras inventadas por pessoas cujos nomes desapareceram. Pensamos com distinções construídas por gerações anteriores. Recebemos formas que não precisamos reconstruir historicamente cada vez que as empregamos.

Há mortos em nossa língua.

Não como presenças.

Como transmissão.

A frase pode soar poética, mas seu sentido é simples.

Pessoas que já não existem participaram da formação das práticas linguísticas que recebemos. O desaparecimento daqueles que falaram não elimina necessariamente aquilo que entrou na língua.

Uma palavra pode permanecer depois de quem a pronunciou.

Mas a palavra não sabe que permaneceu.

Somos nós que a recebemos.

Talvez a cultura inteira possa ser vista, sob certo aspecto, como organização de traços.

Livros, edifícios, músicas, técnicas, leis, receitas, fotografias, nomes.

Coisas produzidas por pessoas ausentes continuam entrando em relações com pessoas que nunca poderiam tê-las conhecido.

Isso não vence a finitude.

Depende dela.

Se cada geração precisasse começar sem receber nada, quase nenhuma continuidade humana seria possível.

Mas, se aquilo que recebemos permanecesse inteiramente intocável, também não haveria história.

Transmitimos porque não permanecemos.

Transformamos porque recebemos.

Finitude e transmissão pertencem ao mesmo problema.

Talvez isso explique parte de nosso desejo de deixar alguma coisa.

Uma obra.

Uma árvore plantada.

Um nome.

Uma lembrança.

Há muitas formas e muitas razões. Nem todas precisam ser interpretadas como desejo de imortalidade.

Talvez saibamos simplesmente que não continuaremos.

E desejemos que alguma coisa iniciada por nós possa entrar em relações das quais já não participaremos.

Não há garantia.

A obra pode ser esquecida.

A árvore pode morrer.

O nome desaparecer.

A lembrança talvez não atravesse sequer uma geração.

A transmissão não promete permanência.

Oferece possibilidade.

Esse limite impede que o legado se transforme em compensação.

Nenhuma obra paga uma morte.

Nenhuma memória substitui uma presença.

Nenhum reconhecimento futuro devolve ao sujeito aquilo que ele já não poderá experimentar.

O depois pertence aos que vêm depois.

Talvez por isso haja alguma violência na fantasia de controlar completamente a própria posteridade.

Queremos determinar como seremos lembrados, quais palavras permanecerão, qual interpretação será correta.

Podemos preparar arquivos.

Escrever memórias.

Explicar intenções.

Tudo isso participará do que virá.

Mas não determinará inteiramente.

Depois da presença, o controle diminui radicalmente.

Outros selecionarão.

Outros esquecerão.

Outros talvez encontrem importância precisamente naquilo que considerávamos secundário.

A obra terminada já nos mostrou essa perda de domínio.

A morte a torna irreversível.

Não haverá correção posterior.

É difícil aceitar que uma vida continue sendo interpretada por aqueles que já não poderão ser corrigidos por quem a viveu.

Mas é isso que acontece.

O Outro permanece como questão quando já não pode responder.

Daí nasce uma responsabilidade nova para quem fala sobre os mortos.

A ausência de resposta não concede liberdade ilimitada de interpretação.

Talvez exija mais cuidado.

Aquele de quem falamos perdeu definitivamente a possibilidade de contestar-nos.

Quando a palavra do Outro desaparece, não adquirimos automaticamente o direito de falar em seu lugar.

Podemos reconstruir.

Inferir.

Interpretar.

Mas precisamos preservar nas próprias frases a diferença entre aquilo que sabemos e aquilo que atribuímos.

"Ele escreveu."

"Ele fez."

"Parece ter pensado."

"Talvez tenha desejado."

As modalidades importam.

O morto não pode corrigir nossa certeza.

Isso não torna impossível conhecê-lo. História, biografia e memória seriam inviáveis se toda ausência proibisse afirmações.

Podemos estabelecer fatos com rigor.

Podemos formular interpretações fortes.

O cuidado está em não transformar a impossibilidade de resposta numa prova de nossa interpretação.

O silêncio dos mortos não confirma nada.

Talvez seja o silêncio mais radical que encontramos.

Não é reserva.

Não é hesitação.

Não é branco.

Não é potência de calar.

Não há palavra retida esperando decisão.

A potência terminou.

Por isso não devemos atribuir a esse silêncio escolha ou profundidade.

Aquele que morreu não permanece silencioso como alguém vivo que decide não responder.

Somos nós que encontramos silêncio onde antes havia possibilidade de resposta.

A diferença precisa permanecer.

E, no entanto, falamos.

Contamos histórias.

Escrevemos nomes.

Voltamos aos lugares.

Lemos aquilo que deixaram.

Talvez porque a ausência não produza apenas silêncio.

Produz também uma tarefa para a linguagem.

Dizer sem fingir presença.

Recordar sem substituir.

Interpretar sem possuir.

Transmitir sem garantir permanência.

Essa talvez seja uma das formas mais exigentes do dizer.

A palavra precisa reconhecer aquilo que não pode fazer e, ainda assim, fazer aquilo que pode.

Pode nomear a ausência.

Pode conservar um traço.

Pode distinguir fato de desejo.

Pode oferecer a outra pessoa alguma coisa que recebemos.

Pode dizer:

"Ele existiu."

A frase é pequena.

Não devolve ninguém.

Mas também não é nada.

Talvez todo o nosso percurso tenha tentado aprender justamente essa medida:

não desprezar a palavra porque ela não contém o real inteiro e não atribuir à palavra aquilo que ela não pode realizar.

Entre impotência e pretensão existe precisão.

A linguagem toca.

Não encerra.

Diz.

Não restitui.

Transmite.

Não conserva tudo.

Talvez somente depois de atravessar a presença, o encontro, o desvio, o intervalo, a palavra emprestada, o silêncio, o Outro, o amor, a obra e a finitude possamos retornar à palavra que deu nome a todo esse percurso.

Método.

Não como técnica para alcançar alguma coisa escondida além da linguagem.

Não como sistema destinado a resolver o indizível.

Mas como disciplina diante daquilo que permanece.

Talvez agora possamos perguntar, finalmente, o que significa praticar um Método do Indizível.

Epílogo

A palavra termina.

Aquilo que tocou, não necessariamente.

Ao fechar o livro, nenhuma de suas frases precisa permanecer. Talvez reste apenas uma diferença que antes não estava ali. Um modo de olhar. Uma hesitação diante da palavra pronta. A disposição de perguntar outra vez quando a resposta parecia suficiente.

Talvez seja pouco.

É o bastante.

A palavra não substitui o real por aquilo que consegue dizer dele. Surge no encontro e permanece, por algum tempo, como uma forma de continuar nele.

Depois, também precisa parar.

O livro termina como termina uma conversa, uma música, uma presença. Não porque tudo tenha sido dito, mas porque continuar já não pertence à forma que encontrou.

Resta o silêncio.

Não aquele que guarda uma verdade secreta.

Não aquele que espera ser decifrado.

Apenas o silêncio depois da palavra.

Amanhã alguma coisa será encontrada novamente. Uma árvore. Um rosto. Uma frase antiga. Talvez pareça a mesma.

Talvez não.

O real estará ali.

E haverá outra vez alguma coisa a dizer.

[. . .]

Nota do Autor

Alguns leitores chegarão a estas páginas depois de terem frequentado os textos de Giorgio Agamben. Reconhecerão certas proximidades: a potência, o silêncio, aquilo que pode não passar ao ato, a relação entre linguagem e aquilo que nela não se deixa simplesmente resolver.

Esses leitores talvez percebam também a distância.

Este livro não nasceu da tentativa de prolongar um sistema filosófico nem de acrescentar uma interpretação a uma obra anterior. Nasceu de uma pergunta mais simples: o que acontece quando alguma coisa do mundo nos alcança e, depois de dizê-la, percebemos que ela continua ali?

Outros leitores talvez nunca tenham lido Agamben.

Não importa.

Talvez tenham olhado uma árvore durante tempo suficiente para perceber que seu nome não terminava com ela. Talvez tenham encontrado um rosto que nenhuma descrição conseguia substituir. Talvez uma música tenha terminado e alguma coisa tenha permanecido. Talvez tenham tentado contar uma experiência e descoberto que a

frase era verdadeira, embora não fosse tudo.

Esses leitores já conhecem o problema.

Não precisam chamá-lo de indizível.

O nome veio depois.

O que me interessou neste livro foi justamente esse intervalo entre o encontro e a palavra, e depois entre a palavra e aquilo que permanece. Não para diminuir a linguagem. Ao contrário. A palavra pode tocar o real, determinar, distinguir, transmitir, recordar. Pode dizer a verdade.

Só não precisa, para isso, tornar-se dona daquilo que diz.

É nesse ponto que os dois leitores talvez se encontrem.

Um chegou pela filosofia.

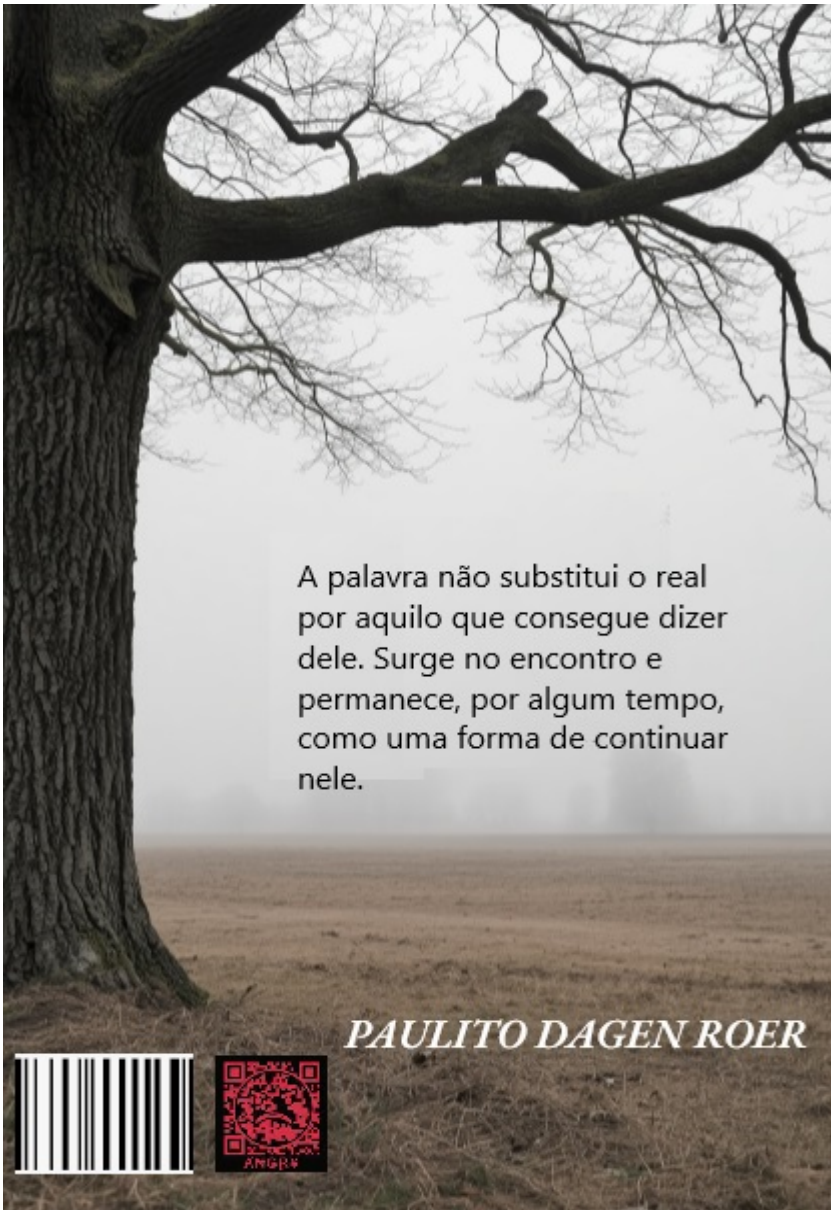
O outro, pelo mundo.

Se estas páginas fizeram alguma coisa, talvez tenham apenas colocado os dois diante da mesma pergunta.

O real foi dito.

O que permanece?

Paulito Dagen Roer


A palavra não substitui o real por aquilo que consegue dizer dele. Surge no encontro e permanece, por algum tempo, como uma forma de continuar nele.
PAULITO DAGEN ROER